DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

GDF

Brasília, quarta-feira 08 de abril de 1992 — ANO XVI Nº 072

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO

ATOS DO GOVERNADOR 1
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO 10
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 10
SECRETARIA DE SAÚDE 12
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA 12
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS 12
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL 13
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 13
PROCURADORIA GERAL 13

CÂMARA LEGISLATIVA 13

TRIBUNAL DE CONTAS 15

AVULSOS

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS 26
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES 27

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO N.º 13.883 DE 07 DE ABRIL DE 19 92

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 3.000.000.000,00(três bilhões de cruzeiros).

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso I alínea "b",da Lei nº 224, de 27 de dezembro de 1991, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto à CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, o crédito suplementar no valor de Cr$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária indicada no anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 07 de abril de 1992
104º da República e 32º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I — EXERCICIO DE 1992 — Cr$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — F I S C A L
ANEXO AO DECRETO No. 13.883 de 07 de abril de 1.992 — RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
01000	CAMARA LEGISLATIVA				3.000.000
01001	CAMARA LEGISLATIVA				3.000.000
01010012.029.0000	MANUTENCAO DA CAMARA LEGISLATIVA				3.000.000
01010012.029.0001	IMPLANTACAO E FUNCIONAMENTO DA CAMARA LEGISLATIVA	3490.34	000	3.000.000	3.000.000
117/ 1			TOTAL		3.000.000

ANEXO II — EXERCICIO DE 1992 — Cr$ 1.000,00

CREDITO SUPLEMENTAR — CANCELAMENTO — F I S C A L
ANEXO AO DECRETO No. 13.883 de 07 de abril de 1.992 — RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
01000	CAMARA LEGISLATIVA				3.000.000
01001	CAMARA LEGISLATIVA				3.000.000
01010013.043.0000	AMPLIACAO, REFORMA E BENFEITORIA NO EDIFICIO SEDE DA CAMARA LEGISLATIVA				3.000.000
01010013.043.0001	AMPLIACAO, REFORMA E BENFEITORIA NO EDIFICIO SEDE DA CAMARA LEGISLATIVA	4590.51	000	3.000.000	3.000.000
117/ 2			TOTAL		3.000.000

DECRETO N.o 13.884 DE 07 DE abril DE 19 92

Revoga o Decreto nº 13.389, de 16 de agosto de 1991 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A :

Art. 1º - É revogado o Decreto nº 13.389, de 16 de agosto de 1991.

Art. 2º - É restabelecido, na íntegra, o Decreto nº 11.568, de 16 de maio de 1989, repristinando-se as disposições alteradas pelo decreto ora revogado.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
Brasília, 07 de abril de 1992
104º da República e 32º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO N.o 13.832 DE 13 DE março DE 1992

Dá nova redação ao Artigo 2º do Decreto Nº 11.456, de 20 de fevereiro de 1989.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e

Considerando a necessidade de se adequar a Comissão Geral de Anistia à estrutura básica de que trata a Lei Nº 236, de 20 de janeiro de 1992,

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 2º, do Decreto Nº 11.456, de 20 de fevereiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - A Comissão Geral de Anistia será composta pelo Consultor Jurídico, que a presidirá, e pelos seguintes membros efetivos:

I - Secretário de Administração e Trabalho;

II - Secretário da Fazenda e Planejamento;

III - Procurador Geral;

IV - Representante da Associação dos Servidores Públicos do Governo do Distrito Federal.

Parágrafo Único - Os membros efetivos serão substituidos em seus impedimentos eventuais pelo Consultor Jurídico Adjunto, pelos respectivos Secretários Adjuntos, pelo Chefe do Gabinete do Procurador Geral, respectivamente ou por qualquer outro representante especialmente designado pelo membro efetivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 13.741, de 23 de janeiro de 1992.

Brasília, 13 de março de 1992.
104º da República e 32º de Brasília.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

"REPUBLICADO POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÃO DO ORIGINAL NO DODF Nº 054 de 16-03-92"

Decreto de 07 de abril de 1992.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 1º, §§ 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.244, de 14 de fevereiro de 1985, com a redação dada pela Lei nº 109, de 27 de junho de 1990, e no parágrafo único do artigo 10, do Decreto nº 8.858, de 23 de agosto de 1985,

R E S O L V E :

Art. 1º - Promover, por merecimento, ao Cargo de Procurador do Distrito Federal de 1ª Categoria, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, o Doutor IVAN CHAVES DA SILVA, matrícula nº 30.768-8, Procurador de 2ª Categoria, na vaga decorrente da promoção da Doutora VIRGÍNIA MELLO BATISTA DA SILVA, matrícula nº 06.785-7, ocorrida em 16 de dezembro de 1991.

Art. 2º - Os efeitos financeiros da promoção a que se refere o artigo 1º são contados a partir de 16 de dezembro de 1991.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 1º, §§ 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.244, de 14 de fevereiro de 1985, com a redação dada pela Lei nº 109, de 27 de junho de 1990, e no parágrafo único do artigo 10, do Decreto nº 8.858, de 23 de agosto de 1985,

R E S O L V E :

Art. 1º - Promover, por antiguidade, ao Cargo de Procurador do Distrito Federal de 1ª Categoria, do Quadro de pessoal do Distrito Federal, o Doutor ITAGIBA CATTA PRETA NETO, matrícula nº 30.796-3, Procurador de 2ª Categoria, na vaga decorrente da promoção do Doutor / FLORÊNCIO RODRIGUES DA LUZ, matrícula nº 01.091-X, ocorrida em 31 de dezembro de 1991.

Art. 2º - Os efeitos financeiros da promoção a que se refere o artigo 1º são contados a partir de 31 de dezembro de 1991.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

DIÁRIO OFICIAL
Diretor Responsável

CLEMENTE LUZ

Redação e Administração
Anexo do Palácio do Buriti

Telefones
Redação direto 225-7803 PABX 225-6830 Ramal 312 e 225-7055 Ramal 137

EXEMPLAR AVULSO:	DODF: Cr$ 500,00	SUPLEMENTO: Cr$ 700,00
ASSINATURAS:	DODF: Cr$ 36.000,00	SUPLEMENTO: Cr$21.000,00
PORTE ECT:	DODF: Cr$ 22.896,00	SUPLEMENTO: Cr$ 9.540,00

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 1º, §§ 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.244, de 14 de fevereiro de 1985, com a redação dada pela Lei nº 109, de 27 de junho de 1990, e no parágrafo único do artigo 10, do Decreto nº 8.858, de 23 de agosto de 1985,

R E S O L V E :

Art. 1º - Promover, por antiguidade, ao Cargo de Procurador do Distrito Federal de 1ª Categoria, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, o Doutor JOSÉ IDEMAR RIBEIRO, matrícula nº 31.805-1, Procurador de 2ª Categoria, na vaga decorrente da promoção do Doutor RAIMUNDO BANDEIRA DA ROCHA, matrícula nº 07.770-4, ocorrida em 03 de fevereiro de 1992.

Art. 2º - Os efeitos financeiros da promoção a que se refere o artigo 1º são contados a partir de 03 de fevereiro de 1992.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 1º, §§ 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.244, de 14 de fevereiro de 1985, com a redação dada pela Lei nº 109, de 27 de junho de 1990, e no parágrafo único do artigo 10, do Decreto nº 8.858, de 23 de agosto de 1985,

R E S O L V E :

Art. 1º - Promover, por merecimento, ao Cargo de Procurador do Distrito Federal de 1ª Categoria, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, o Doutor LANDERSON PRINCIVALLI DE A. CAMPOS, matrícula nº 30.775-0, Procurador de 2ª Categoria, na vaga decorrente da aposentadoria da Doutora TEREZA AMARO CAMPELLO BEZERRA matrícula nº 08.741-6 , ocorrida em 31 de dezembro de 1991.

Art. 2º - Os efeitos financeiros da promoção a que se refere o artigo 1º são contados a partir de 31 de dezembro de 1991.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 1º, §§ 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.244, de 14 de fevereiro de 1985, com a redação dada pela Lei nº 109, de 27 de junho de 1990, e no parágrafo único do artigo 10, do Decreto nº 8.858, de 23 de agosto de 1985,

R E S O L V E :

Art. 1º - Promover, por merecimento, ao Cargo de Procurador do Distrito Federal de 1ª Categoria, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a Doutora ROSANA TEIXEIRA DE CARVALHO FONSECA, matrícula nº 30.766-1, Procuradora de 2ª Categoria, na vaga decorrente da promoção do Doutor JORES CARLOS ALVES DOS SANTOS, matrícula nº 05.107-1, ocorrida em 19 de fevereiro de 1992.

Art. 2º - Os efeitos financeiros da promoção a que se refere o artigo 1º são contados a partir de 19 de fevereiro de 1992.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 1º, §§ 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.244, de 14 de fevereiro de 1985, com a redação dada pela Lei nº 109, de 27 de junho de 1990, e no parágrafo único do artigo 10, do Decreto nº 8.858, de 23 de agosto de 1985,

R E S O L V E :

Art. 1º - Promover, por merecimento, ao Cargo de Procurador do Distrito Federal de 1ª Categoria, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a Doutora MARIA DAS GRAÇAS ALENCAR MAFRA, matrícula/ nº 30.767-X, Procuradora de 2ª Categoria, na vaga decorrente da promoção da Doutora ADA TOLEDO ARANTES, matrícula nº 04.590-X, ocorrida em 31 de dezembro de 1991.

Art. 2º - Os efeitos financeiros da promoção a que se refere o artigo 1º são contados a partir de 31 de dezembro de 1991.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 1º, §§ 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.244, de 14 de fevereiro de 1985, com a redação dada pela Lei nº 109, de 27 de junho de 1990, e no parágrafo único do artigo 10, do Decreto nº 8.858, de 23 de agosto de 1985,

R E S O L V E :

Art. 1º - Promover, por antiguidade, ao Cargo de Procurador do Distrito Federal de 1ª Categoria, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, o Doutor LUIS PEDRO DA FONSECA, matrícula nº 30.774-2, Procurador de 2ª Categoria, na vaga decorrente da promoção da Doutora SOÊMIA ROCHA MELLO SOUZA, matrícula nº 03.562-9, ocorrida em 18 de dezembro de 1991.

Art. 2º - Os efeitos financeiros da promoção a que se refere o artigo 1º são contados a partir de 18 de dezembro de 1991.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 **de** abril **de 19**92.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

EXONERAR, por motivo de aposentadoria, **CINARA CARNEIRO DE LIMA,** Professor MG-3-Q, matrícula nº 81.045-2, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Encarregado do Centro de Ensino de 1º Grau 01 de Sobradinho, da Diretoria Regional de Ensino de Sobradinho, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 **de** abril **de 19**92.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, **FERNANDO BRANDÃO DE SOUZA,** matrícula nº 71.004-0, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Ensino Regular Noturno, da Divisão de Ensino Médio, do Departamento de Pedagogia, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 **de** abril **de 19**92.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

NOMEAR **FERNANDO BRANDÃO DE SOUZA,** matrícula nº 71.004-0, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente da Divisão de Ensino Médio, do Departamento de Pedagogia, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 **de** Abril **de 19** 92

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, **ANA PAULA BASTOS GUIMARÃES,** do Cargo em Comissão de Assessor, Código DFA-12, do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal, a partir de 01 de abril de 1992.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 **de** abril **de 19**92

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960.

R E S O L V E:

Nomear JOSIMAR ROCHA PESTANA, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado de Almoxarifado e Patrimonio da Divisão de Recursos Economico-Financeiros e Materiais do Hospital Regional da Ceilândia, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Tornar sem efeito o Decreto de 27 de fevereiro de 1992, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 28 de fevereiro de 1992, que nomeou TARCISIO GENTIL CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Equipe de Emergencia do Serviço de Emergencia do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Nomear TANIO CLAUDIO RAEFF, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Informação e Documentação Administrativa da Divisão de Administração Geral do Hospital São Vicente de Paulo, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960.

R E S O L V E:

Nomear DALMA FERREIRA ROSA, Assistente Intermediário de Saúde, 1ª Classe, Padrão III(Agente Administrativo),Matrícula 121.077-07, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado do Plantão Administrativo do Hospital Regional de Taguatinga, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal., a partir de 01.04.92.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960.

R E S O L V E:

Exonerar, a pedido CELMA DE OLIVEIRA BUENO, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão III(Enfermeiro), Matrícula 118.546-02, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Enfermagem da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960.

R E S O L V E:

Exonerar, a pedido POMPILIO XIMENES DE ARAGAO, Médico Cardiologista, Matrícula 300.129-06, do Cargo em Comissão de Assistente do Serviço de Emergência do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFA-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960.

R E S O L V E:

Exonerar, a pedido SILVANA NARDES DE ASSIS, Agente Administrativo NM-24, Matrícula 124.415-09, do Cargo em Comissão de Encarregado de Plantão Administrativo do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 01.04.92.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

Exonerar RUI SEVERINO MACHADO NAZARETH, matrícula nº 32.118-4, do Cargo em Comissão, Código DFG-10, de Chefe do Serviço de Preparação e Transcrição de Dados, da Coordenação de Informática da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 26 de março de 1992.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

Exonerar, por motivo de aposentadoria, GILBERTO DANTAS DE ARAÚJO, Delegado de Polícia, Classe Especial, Padrão III, matrícula nº 02.565-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Código DFG-12, de Coordenador da Coordenação de Polícia Técnica, da Polícia Civil do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 19 92.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

Nomear RUI SEVERINO MACHADO NAZARETH, matrícula nº 32.118-4, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-11, de Assessor da Coordenação de Informática, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

Nomear ILDETE AMBROSIA SOBRAL, Delegada de Polícia, 2ª Classe, Padrão II, matrícula nº 18.728-3, do Quadro de Pes

soal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-10, de Assessora da Coordenação de Polícia Especializada, da Polícia Civil do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

Exonerar, por ter sido nomeado para outro cargo, MÁRIO ANDRÉ CARVALHO MACHADO, Delegado de Polícia, Classe Especial, Padrão I, matrícula nº 23.620-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Código DFA-10, de Assessor da Coordenação de Polícia Especializada, da Polícia Civil do Distrito Federal, a partir de 01 de abril de 1992.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Exonerar, a pedido, **MARCELO AUGUSTO DA CUNHA CASTELLO BRANCO**, matrícula nº 35.518-6, da Função de Assessoramento Superior (FAS), da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, NILMA IARA TEIXEIRA A. DA MATA, Auditora Tributária, 3ª Classe, Padrão II, matrícula nº 25.232-8, integrante do Quadro de Pessoal do DF, do Cargo em Comissão, Código DFA-11, de Assessora da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, LUCIANO PIMENTA G. FILHO, Auditor Tributário, 1ª Classe, Padrão III, matrícula nº 07.749-6, integrante do Quadro de Pessoal do DF, do Cargo em Comissão, Código DFA-11, de Auditor do Departamento de Auditoria, da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Nomear **VALENTIM CARMINATE PAVEZI** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Coordenador III da Diretoria de Administração e Finanças da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Nomear **SINVAL DAS NEVES** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Diretoria de Administração e Finanças da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Exonerar, por ter sido designado para outro cargo **SINVAL DAS NEVES**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09 de Coordenador III da Diretoria de Administração e Finanças da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Exonerar, por ter sido nomeado para outro Cargo ROSEMIRO DA COSTA ARAÚJO do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Diretoria de Administração e Finanças da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Nomear ROSEMIRO DA COSTA ARAÚJO para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Gerente da Divisão de Recursos Administrativos da Diretoria de Administração e Finanças da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Exonerar JÚLIO DOMINGUES do Cargo em Comissão Símbolo DFA-11, de Assessor da Diretoria Executiva da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 de abril de 1992

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Nomear **ELIZABETH SOLANGE ALFINITO** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessora da Diretoria Executiva da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

...vés da CT nº 027/91-CIRCULAR ...

Decreto de 07 **de** abril **de** 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751. de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Nomear MARILENE PEREIRA SOUSA GONÇALVES para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Coordenadoria de Planejamento e Controle-COPLAC, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 **de** abril **de** 1992.

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 abril de 1960,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, JOSÉ FRANCISCO GHETTI do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Coordenadoria de Planejamento e Controle - COPLAC, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, a partir de 11.03.92.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 **de** abril **de** 19 92

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E:

Tornar sem efeito o Decreto de 27 de fevereiro de 1992, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 28 de fevereiro de 1992, que nomeou **ANA ROSA DOS SANTOS**, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente do Serviço de Emergência do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFA-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ESES A CONTAR DE 05.04.92

Decreto de 07 **de** abril **de** 19 92

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 20, Inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

Nomear, MAURO VIEIRA DE SOUZA, matrícula nº 93.673-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Chefe da Unidade de Revenda nº 10, do Rio Preto, do Departamento de Revenda de Material Agropecuário da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

Decreto de 07 **de** abril **de** 1992

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751. de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito o Decreto de 31 de março de 1992, publicado no DODF nº 067 de 1/04/92, que nomeou MARIA LETÍCIA TAMER GODINHO, matrícula nº 33.501-0, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, símbolo DFA-2, do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Cultura, Esportes e comunicação Social do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

OBS.: (Republicado por ter saído com incorreção do original no DODF nº 071 de 7/4/92 - página 5)

Decreto de 07 **de** abril **de** 1992.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

NOMEAR **JOSÉ RICARDO ORIENTE**, Professor MG-2-Q - GT3, matrícula nº 51.184-6, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 01 do Planalto, da Diretoria Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 29 de janeiro de 1992.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção do original, publicado no DODF nº 034, de 18 de fevereiro de 1992).

Decreto de 07 **de** abril **de** 1992.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

R E S O L V E :

NOMEAR **MARIA APARECIDA PEREIRA**, Técnico de Assistência à Educação, matrícula nº 51.072-6, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional

do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Secretário da Escola Classe 06 de Taguatinga, da Diretoria Regional de Ensino de Taguatinga, da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção no original, publicado no DODF nº 062, de 25/03/92).

Decreto de 07 de abril de 19 92

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no artigo 1º, §§ 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.244, de 14 de fevereiro de 1985, com a redação dada pela Lei nº 109, de 27 de junho de 1990, e no parágrafo único do artigo 10, do Decreto nº 8.858, de 23 de agosto de 1985,

R E S O L V E :

Art. 1º - Promover, por antiguidade, ao Cargo de Subprocurador Geral do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, o Doutor JORES CARLOS ALVES DOS SANTOS, matrícula nº 05.107-1, Procurador de 1ª Categoria, na vaga decorrente da aposentadoria do Doutor HERBERT CASTELO BRANCO UCHÔA, matrícula nº 02.065-6, ocorrida em 19 de fevereiro de 1992.

Art. 2º - Os efeitos financeiros da promoção a que se refere o artigo 1º são contados a partir de 19 de fevereiro de 1992.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

(Republicado por haver saído com incorreção no original-DODF de 26.03.92)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE ABRIL DE 1992

O COORDENADOR DO SISTEMA DE MATERIAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982 e tendo em vista o disposto no artigo 8º do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

Designar SUELY MENDES DE OLIVEIRA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 32.978-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir VERÔNICA DE FRANÇA BAHIA, Chefe da Seção de PREPARO DE LIQUIDAÇÃO DA DIVISÃO DE COMPRAS, desta Coordenanção, Código DF-2, no período de 06.04. a 25.04.92, por motivo de férias.

JURANDIR PINTO DA SILVA
Coordenador Substituto

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE ABRIL DE 1992

O COORDENADOR DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e Parágrafo único, do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09 de fevereiro de 1982, RAIMUNDO SOARES SILVA, matrícula nº 32.938-X, Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir SANTIAGO LOPES DE OLIVEIRA, matrícula nº 01.716-7, Encarregado de Lanternagem da Divisão de Oficinas, Símbolo DFG-01, desta Coordenação, no período de 06.04 a 20.04.92, por motivo de Licença para Tratamento de Saúde do titular.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE ABRIL DE 1992

O COORDENADOR DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e Parágrafo único, do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09 de fevereiro de 1982, DAHYR GABRIEL, matrícula nº 09.094-8, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir ERCOLIS ANTONIO MILANEZ, matrícula nº 08.933-8, Diretor da Divisão de Oficinas, DFG-11, desta Coordenação, no período de 04.05 a 23.05.92, por motivo de férias do titular.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA SEFP Nº 175 DE 07 DE Abril DE 1992

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 07 de dezembro de 1988, e o que consta no processo nº 132.000591/92

R E S O L V E :

I Aprovar, na forma dos anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Região Administrativa - III- Taguatinga - aprovado pelo Decreto Nº 13.768, de 05 de fevereiro de 1992.

II Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 07 de Abril de 1992.

EVERARDO MACIEL
Secretário de Fazenda e Planejamento

ANEXO I EXERCICIO DE 1992 Cr$ 1.000,00

SUPLEMENTACAO — FISCAL
ANEXO A PORTARIA No. 175 de 07 de abril de 1992 — RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
34000	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS				9.910
34005	REGIAO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA				9.910
10583231.122.0000	EXECUCAO DE OBRAS DE URBANIZACAO				9.910
10583231.122.0001	EXECUCAO DE OBRAS DE URBANIZACAO EM TAGUATINGA	4590.92	000	9.910	9.910
116/ 1			TOTAL		9.910

ANEXO II EXERCICIO DE 1992 Cr$ 1.000,00

CANCELAMENTO — FISCAL

ANEXO A PORTARIA No. 175 de 07 de abril de 1992 — RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
34000	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS				9.910
34005	REGIAO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA				9.910
10583231.122.0000	EXECUCAO DE OBRAS DE URBANIZACAO				9.910
10583231.122.0001	EXECUCAO DE OBRAS DE URBANIZACAO EM TAGUATINGA	4590.51	000	9.910	9.910
116/ 2				TOTAL	9.910

PORTARIA SEFP Nº 176 DE 07 DE Abril DE 1992

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 07 de dezembro de 1988, e o que consta no processo nº 030.000784/92.

R E S O L V E :

I Aprovar, na forma do anexo I, a 1ª reformulação do Plano de Aplicação do Fundo de Desenvolvimento de Recursos Humanos - FUNDO IDR, aprovado pela Portaria SEF nº 041 de 11 de fevereiro de 1992, para o exercício de 1992.

II Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 07 de abril de 1992.

EVERARDO MACIEL

ANEXO A PORTARIA SEFP Nº 176 DE 07 DE ABRIL DE 1992.

INVESTIMENTO EM REGIME DE EXERCICIO ESPECIAL - 4.5.90.99

EXERCICIO DE 1992 — 1ª REFORMULACAO — Cr$ 1.000.00

PLANO DE APLICACAO

29000 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E TRABALHO

29901 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — RECURSOS DE TODAS AS FONTES

29000	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E TRABALHO			4.708.928
29901	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS			4.708.928
29901.03070212.101	0000 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS			
		4590.99	00	4.612.000
		4590.99	16	96.928
	0001 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS			
		4590.99.05	00	1.200.000
		4590.99.05	16	38.772
		4590.99.06	00	2.300.000
		4590.99.06	16	58.156
		4590.99.07	00	800.000
		4590.99.32	00	312.000
			TOTAL	4.708.928

PORTARIA SEFP Nº 177 DE 07 DE Abril DE 1992

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 07 de dezembro de 1988, e o que consta no processo nº 136.000139/92

R E S O L V E :

I Aprovar, na forma dos anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Região Administrativa VIII - Núcleo Bandeirante, aprovado pelo Decreto Nº 13.768, de 05 de fevereiro de 1992.

II Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 07 de Abril de 1992.

EVERARDO MACIEL
Secretário de Fazenda e Planejamento

ANEXO I EXERCICIO DE 1992 Cr$ 1.000,00

SUPLEMENTACAO — FISCAL

ANEXO A PORTARIA No. 177 de 07 de abril de 1992 — RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
34000	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS				2.000
34010	REGIAO ADMINISTRATIVA VIII - NUCLEO BANDEIRANTE				2.000
03070212.012.0000	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL				2.000
03070212.012.0001	FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO NO NUCLEO BANDEIRANTE	3490.92	000	2.000	2.000
115/ 1				TOTAL	2.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1992 Cr$ 1.000,00

CANCELAMENTO — FISCAL

ANEXO A PORTARIA No. 177 de 07 de abril de 1992 — RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
34000	SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS				2.000
34010	REGIAO ADMINISTRATIVA VIII - NUCLEO BANDEIRANTE				2.000
03070212.012.0000	ADMINISTRACAO GOVERNAMENTAL				2.000
03070212.012.0001	FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO NO NUCLEO BANDEIRANTE	3490.36	000	2.000	2.000
115/ 2				TOTAL	2.000

PORTARIA Nº 178/SEF, DE 07 DE ABRIL DE 1992

Fixa o valor da Unidade Padrão do Distrito Federal - UPDF diária de abril de 1992.

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DA FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 199 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, com a redação do art. 3º da Lei nº 222, de 27 de dezembro de 1991,

R E S O L V E :

I - A expressão monetária da Unidade Padrão do Distrito Federal - UPDF diária, no período de 08 a 13 de abril de 1992, será a seguinte:

a) 08 de abril ..... Cr$ 142.939,53
b) 09 de abril ..... Cr$ 144.381,50
c) 10 de abril ..... Cr$ 145.836,44
d) 13 de abril ..... Cr$ 147.307,87

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

LYTHA SPÍNDOLA SILVA

P O R T A R I A Nº 179 /92, de 07 de abril de 1992.

Subdelega competência à autoridade que menciona para autorizar a compensação de créditos tributários.

O SECRETARIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o disposto nos Decretos 7.299, de 15 de dezembro de 1982 e 12.491, de 12 de julho de 1990,

R E S O L V E,

I - Subdelegar competência ao Diretor do Departamento da Receita para decidir sobre a compensação de créditos tributários, prevista no artigo 206, item I, do Decreto-lei nº 82/66, até o limite de 20 (vinte) Unidades Padrão do Distrito Federal - UPDF.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 07 de abril de 1992.

EVERARDO MACIEL

DIVISÃO DA RECEITA DE TAGUATINGA
DEPARTAMENTO DA RECEITA

ATO DECLARATÓRIO Nº 001/92-DRT-DpR-SEF

Reabilita inscrição de contribuinte do ICMS e ISS.

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DE TAGUATINGA, DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, DA SECRETARIA DA FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço nº 04/86-DpR e tendo em vista os Atos instituídos a partir da Portaria nº 01/78-SEF, fundamentado em verificações procedidas,

RESOLVE:

Reabilitar a partir desta data, as inscrições dos contribuintes do ICMS e ISS abaixo relacionados, em virtude de os mesmos terem regularizado a situação motivadora do cancelamento:

01. ACADEMIA NATHALIA DE GINÁSTICA E DANÇA LTDA ME, inscrição no ICMS nº 07. 097730-5;

02. ACADEMIA NATHALIA DE GINÁSTICA E DANÇA LTDA ME, inscrição no ISS nº 065.886-3

03. DANNY COMÉRCIO DE LOUÇAS LTDA ME, inscrição no ICMS nº 07.098770-0;

04. MARIA DAS GRAÇAS P COSTA ME, inscrição no ICMS nº 07.096601-0;

05. PLAST-LAR CONFECÇÕES DE PLÁSTICOS LTDA, inscrição no ICMS nº 07.070380-9;

06. PLAST-LAR CONFECÇÕES DE PLÁSTICOS LTDA, inscrição no ISS nº 035.971-8.

Taguatinga-DF, 02 de abril de 1992

VALDEMIR PESSÔA DE CARVALHO
Divisão da Receita de Taguatinga
Chefe

SECRETARIA DE SAÚDE

PROCESSO Nº: 060.000.027/92
ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida
INTERESSADO: FERNANDO ARTHUR B. DE CARVALHO — mat. 5.804-1 e outros.

À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto no art. 36, inciso II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira aprovadas pelo Decreto nº 13.708, de 27.12.91, reconheço a dívida e autorizo a realização da despesa e determino a emissão da Nota de Empenho no valor de Cr$ 684.960,72 (Seiscentos e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta cruzeiros e setenta e dois centavos), em favor de FERNANDO ARTHUR B. DE CARVALHO e outros.

Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG, para emissão da respectiva Nota de Empenho, à conta da dotação do Elemento 13.075.021.2043-0001-3190-92 — Despesas de Exercícios Anteriores do Orçamento da Secretaria de Saúde.

Brasília, 09 de março de 1992

JOFRAN FREJAT
Secretário de Saúde

PROCESSO Nº: 060.001.522/91
ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida
INTERESSADO: ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO — mat. 522.441-3 e outros.

À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto no art. 36, inciso II, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 13.708, de 27.12.91 reconheço a dívida e autorizo a realização da despesa e determino a emissão da Nota de Empenho no valor de Cr$ 330.706,68 (Trezentos e trinta mil setecentos e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos), em favor de ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO e outros.

Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG, para emissão da respectiva Nota de Empenho, à conta da dotação do Elemento 13.075.021.2043-0001-3190-92 — Despesas de Exercícios Anteriores do Orçamento da Secretaria de Saúde.

Brasília, 09 de março de 1992

JOFRAN FREJAT
Secretário de Saúde

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
INSTRUÇÃO DE 26 DE MARÇO DE 1992

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso IV, do Estatuto desta Fundação,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores ROSANA MARTINS DE CASTRO CHAIB, matrícula nº 5977-3, MANOEL DE QUEIROZ MONTEIRO, matrícula nº 1166-5, MIRTES DA SILVA ACHCAR, matrícula nº 7876-X, CARLOS ANTONIO DINO DE SOUZA, matrícula nº 2098-2, DOMINGOS LEAL FILHO, matrícula nº 6163-8, HAMILSON DOS REIS FREITAS, matrícula nº 3575-0 e JOSÉ TEIXEIRA FERNANDES, matrícula nº 4121-1, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo da Fundação do Serviço Social do DF.

MARIA AUGUSTA EHRICH DE MENEZES

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE ABRIL DE 1992

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo Senhor Secretário através da Portaria nº 003, de 18 de fevereiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 08 de fevereiro de 1982, MOACYR SOARES DE SOUZA JÚNIOR, matrícula nº 67.360-9-NOVACAP, à disposição desta Secretaria, para substituir NATAL VIEIRA NEVES, Chefe da Seção de Pessoal, Símbolo DFG-02, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, por motivo de férias regulamentares, no período de 13.04. a 02.05.92.

Brasília, 07 de abril de 1992

COLBERT GADIA

DEPARTAMENTO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE ABRIL DE 1992

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, artigo 29 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 12.540, de 30 de julho de 1990 e delegação de competência conforme Ordem de Serviço de 01 de agosto de 1990,

RESOLVE:

NOMEAR ANA BARBOSA SOUSA DA SILVA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 34.772-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para responder pelo Cargo em Comissão de Encarregada de Turma do Terminal Rodoviário, Símbolo DFG-01, no período de 01.04. a 30.04.92, por motivo de vacância do cargo.

Samambaia-DF, 06 de abril de 1992
VALFREDO PERFEITO

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE ABRIL DE 1992

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo item I, letra "g" da Portaria nº 003/91-SCE, de 15 de maio de 1991,

RESOLVE:

Designar ROBERTO GONÇALVES RÊGO, matrícula nº 33.252-6, Técnico de Administração Pública, para substituir APARECIDA MARIA DA SILVA, Secretária Administrativa, Símbolo DFA-2, da Coordenadoria do Programa de Bibliotecas da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares, no período de 01.04. a 20.04.92.

Brasília, 07 de abril de 1991

GEDEAN CAMPELO NUNES

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE ABRIL DE 1992

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo item I, letra "g" da Portaria nº 003/91-SCE, de 15 de maio de.1991,

RESOLVE:

Designar ANTÔNIO JORGE DE OLIVEIRA, matrícula nº 00354-9, Técnico de Administração Pública, para substituir LEONALDO VILELA GOMES, Assistente, Símbolo DFA-5, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares no período de 06.04. a 25.04.92.

Brasília, 07 de abril de 1992

GEDEAN CAMPELO NUNES

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PROCESSO Nº: 00030.001.329/92
REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS: 002/92-ICT/DF
INTERESSADO: INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DF
ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS

AUTORIZO a Concessão de 1 1/2 (uma e meia diária) a ROGÉRIO PEREIRA DIAS, matrícula nº 30.947-8, Superintendente do ICT/DF, no valor total de Cr$ 152.913,00 (cento e cinqüenta e dois mil, novecentos e treze cruzeiros), para atender despesas com viagem à cidade de Curitiba, para participar da "Reunião Técnica sobre destinação final de embalagem de agrotóxico, que se realizará nos dias 31.03 e 01.04 do corrente ano.

Brasília-DF, 30 de março de 1992.

WASHINGTON NOVAES
Secretário do Meio Ambiente;

PROCURADORIA GERAL

PORTARIA GAB/PRG Nº 33, DE 25 DE MARÇO DE 1992

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 3466, de 7 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

CONCEDER Gratificação de Representação de Gabinete à servidora GLENDA LIZ DE PAULA WARMLING, Assistente, 3ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, matrícula nº 33.317-4, pelo encargo de Assistente do Gabinete do Procurador-Geral.

Brasília, 25 de março de 1992.

ALFREDO HENRIQUE REBELLO BRANDÃO
(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 68, de 02 de abril de 1992)

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

PORTARIA DE 06 DE ABRIL DE 1992

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, instituída pela Portaria de 31 de março de 1992 — S.E., usando das atribuições que lhe confere o artigo 149, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

DESIGNAR VICENTE SÉRGIO FERNANDES, Assistente da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, matrícula nº 26.078-9, 2ª Classe, Padrão II, para desempenhar as funções de Secretário desta Comissão.

Brasília, 06 de abril de 1992

ITAGIBA CATTA PRETA NETO

CÂMARA LEGISLATIVA

ATO DO PRESIDENTE Nº 312 , DE 1992.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 037/91,

R E S O L V E :

DESIGNAR **ROBERTO LÓES MOREIRA** para responder interinamente como Chefe de Gabinete da Vice-Presidência.

Brasília, 07 de abril de 1992.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 313 , DE 1992.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolu

R E S O L V E :

EXONERAR, a pedido, **MARIA LUIZA JACOBSON** do cargo em comissão de Chefe de Gabinete, FS-4, na Vice-Presidência.

Brasília, 07 de abril de 1992.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 314 , DE 1992.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 028/91,

R E S O L V E ,

NOMEAR **ERNESTINO PATRÍCIO DE OLIVEIRA** para o cargo em comissão de Assessor, FS-3, na 3ª Secretaria.

Brasília, 07 de abril de 1992.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 315 , DE 1992.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 035/91,

R E S O L V E :

EXONERAR **GERARDO JOSÉ PEREIRA** do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, FS-III, no Gabinete do Deputado José Edmar Cordeiro.

Brasília, 07 de abril de 1992.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 316 , DE 1992.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 035/91,

R E S O L V E :

NOMEAR **GERARDO JOSÉ PEREIRA** para o cargo em Comissão de Assessor Parlamentar, FS-II, no Gabinete do Deputado José Edmar Cordeiro.

Brasília, 07 de abril de 1992.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 317 , DE 1992.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 035/91,

R E S O L V E :

EXONERAR **NAZIKA BARBOSA GOMES** do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, FB-II, no Gabinete do Deputado José Edmar Cordeiro.

Brasília, 07 de abril de 1992.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 318 , DE 1992.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 035/91,

R E S O L V E :

NOMEAR **NAZIKA BARBOSA GOMES** para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, FB-III, no Gabinete do Deputado José Edmar Cordeiro.

Brasília, 07 de abril de 1992.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 319 , DE 1992.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 035/91,

R E S O L V E :

EXONERAR **DELZIRE SALES DE ABREU** do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete, FC-II, no Gabinete do Deputado José Edmar Cordeiro.

Brasília, 07 de abril de 1992.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 320, DE 1992.

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, e nos termos da Resolução nº 035/91,

R E S O L V E :

NOMEAR **DELZIRE SALES DE ABREU** para o cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete, FC-III, no Gabinete do Deputado José Edmar Cordeiro.

Brasília, 07 de abril de 1992.

Deputado **SALVIANO GUIMARÃES**
Presidente

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Câmara Legislativa do Distrito Federal comunica aos interessados que fará realizar a seguinte **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/92**, cujo objeto é a contratação de empresa para prestar serviços de Vigilância Armada e Desarmada na Câmara Legislativa do Distrito Federal, no exercício de 1992.

Abertura da documentação e das propostas:

DIA: 29 de abril de 1992
HORA: 14:00h
LOCAL: Sala C-50

Informações e cópias do edital serão fornecidos, diariamente, das 08:30 às 12:30 e das 14:00 às 18:00h, **a partir do dia 08 até o dia 27 de abril**, na sala C-50, bloco "C", no andar térreo da Câmara Legislativa do DF, no Setor de Áreas Isoladas Norte - SAIN - Parque Rural.

Brasília-DF, 03 de abril de 1992.

AMARO JOSÉ FREIRE FILHO
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 2808

Aos 24 dias do mês de março de 1992, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOEL FERREIRA DA SILVA, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI PAPADÓPOLIS e JORGE CAETANO, os Conselheiros-Substitutos OSVALDO RODRIGUES e JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, o Auditor FRANCISCO MARTINS BENVINDO e a Procuradora-Geral em exercício Dra. MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, o Presidente, Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a Ata da Sessão Ordinária nº 2807.

O Senhor Presidente, acompanhado pelos demais membros do Plenário, expressou sua alegria pela reassunção do Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, a 20/3/92, ao exercício de suas funções na Corte, após o gozo de merecidas férias — ficando desconvocado o Auditor FRANCISCO MARTINS BENVINDO, que o estava substituindo. O Conselheiro RONALDO COSTA COUTO agradeceu a manifestação de cordialidade e estima de seus pares.

J U L G A M E N T O S

PROCESSO DEVOLVIDO À PRESIDÊNCIA

O Senhor Presidente deu continuidade ao julgamento do Processo nº 5907/91 (Relator: Conselheiro-Substituto JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS), de que pedira vista, em sessão anterior, o Conselheiro JORGE CAETANO (revisor). O processo trata do Ofício nº 505/91-GAB/SES, pelo qual a Secretaria de Saúde do Distrito Federal consulta a Corte sobre a legalidade dos atos noticiados naquele expediente.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Revisor, fls. 24-27, decidiu: a) tomar conhecimento, em caráter excepcional, da consulta em apreço; b) determinar à 2a. Inspetoria de Controle Externo a realização de auditoria especial na Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos da alínea b do referido voto, fls. 27; c) dar conhecimento ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Distrito Federal da realização da auditoria de que trata a alínea anterior, recomendando àquela autoridade que suste, de imediato, os procedimentos que vem adotando para obtenção de redução de preços nas licitações, exceto aqueles expressamente amparados pelo Decreto nº 10.996, de 26 de janeiro de 1988. Vencido, em parte, o Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA, que votou contrariamente à recomendação ao Exmo. Senhor Secretário de Saúde do Distrito Federal de sustação das providências que vem adotando.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOEL FERREIRA DA SILVA

PROCESSO Nº 0576/74 - Revisão dos proventos da reforma do Cabo PM ABEL DOS SANTOS.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a revisão, devendo a Polícia Militar do Distrito Federal adotar a providência indicada a fls. 182.

PROCESSO Nº 3049/78 - Reforma do 2º Sargento PM JORGE MANES LEITÃO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou nova diligência, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 3196/78 - Revisão dos proventos da reforma do Soldado PM MODESTO MOURA MARTINS;

PROCESSO Nº 1722/83 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor JOSÉ DA SILVA CRUZ;

PROCESSO Nº 2227/79 - Revisão dos proventos da reforma do Soldado BM MANOEL DIAS DA SILVA NETO.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, as revisões.

PROCESSO Nº 3640/90 (apenso: Processo nº 0718/89) - Relatório de inspeção programada levada a efeito nas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de conformidade com o GIPLAN/90.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 177/91-PRESI e dos documentos que o acompanham, considerando parcialmente atendida a diligência expressa no Ofício GP nº 580/91; b) relevar a falha apontada na alínea b do referido voto, fls. 270; c) fazer à CEASA-DF as recomendações indicadas nas alíneas c e d do mesmo voto, fls. 270-271; d) solicitar àquela Entidade que envie à Corte, no prazo de 30 (trinta) dias, as defesas dos servidores notificados através da CT nº 027/91-CIRCULAR-CEASA; e) devolver os autos à 2a. ICE.

PROCESSO Nº 4227/90 - Tomada de contas do agente de material da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, relativa ao exercício de 1989.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, tomando conhecimento da TCE em apreço, decidiu: a) considerar regulares as contas, determinando a baixa na responsabilidade do servidor nominado a fls.139; b) ordenar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 6196/91 - NE nº 074/91-RA-XI e outras;
PROCESSO Nº 7175/91 - NE nº 880/91-IDR e outras;

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu: a) relevando as falhas apontadas na instrução, tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas; b) determinar a baixa dos autos à 5a. Inspetoria de Controle Externo para arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 6198/91 - NE nº 138/91-RA-XI e outras;
PROCESSO Nº 0324/92 - NE nº 531/91-RA-V e outras;
PROCESSO Nº 0330/92 - NE nº 504/91-RA-V e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas; b) determinar a baixa dos autos à 1a. Inspetoria de Controle Externo para arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 6696/91 - Pensão militar concedida à Senhora GRAÇA DE MARIA CAMPOS ALVES.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a concessão.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 3184/88 - Aposentadoria da servidora MARIA FLÁVIA DIAS DA CUNHA.- O Tribunal determinou a devolução dos autos à Presidência desta Corte para os fins indicados no voto do Relator, fls. 89-90.

PROCESSO Nº 1234/90 (apenso: Processo nº 956/91) - Contrato nº 001/92 e outros, celebrados entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento do resultado de inspeção realizada na CEB, decidiu: a) considerar cumprida a determinação contida no item II dos Ofícios GP de nºs 161/91 e 160/91-CIRCULAR, dando por regulares os Contratos de nºs 002 e 011/90 firmados entre a CEB e a FACEB; b) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 1391/90 - Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 053/89 celebrado entre o Banco de Brasília S/A e a empresa Arte Construtora Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 286/91-PRESI, considerando cumprida a diligência transmitida através do Ofício GP nº 1916/91; b) informar ao BRB que, em caráter excepcional, relevou o atraso verificado na celebração do citado aditivo; c) fazer àquela Instituição Financeira a recomendação indicada no item 4 do referido voto, fls. 70.

PROCESSO Nº 3198/90 (anexos: 02 volumes)- Balancete da Companhia Imobiliária de Brasília, relativo ao 2º trimestre de 1990. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 504/91-PRESI, com relevação da falha apontada na instrução; b) convalidar a absorção pela TERRACAP das despesas relativas a multas de trânsito no valor de Cr$1.260,99; c) fazer à Entidade a recomendação indicada na alínea c do referido voto, fls. 317; d) autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3647/90 - Contrato nº 2135/90 e outros ajustes, celebrados entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando as falhas apontadas na instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado de inspeção realizada na CAESB, considerando regular o Contrato nº 2135/90 - em especial os pagamentos das quatro parcelas trimestrais de Cr$358.300,00; b) autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4744/90 - Aposentadoria do servidor SEVERIANO SOARES DA SILVA.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a aposentadoria. Declarou-se impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro JORGE CAETANO, porque, à época da expedição do ato concessório, ocupava o cargo de Secretário de Administração do Distrito Federal.

PROCESSO Nº 5121/90 - Plano Geral de Inspeções - GIPLAN/91, acompanhado do resumo das atividades desenvolvidas pelas Inspetorias de Controle Externo no 4º trimestre de 1991.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos documentos constantes dos autos, fls. 235-274.

PROCESSO Nº 1195/91 (apenso: Processo nº 2738/91 e anexo: 01 volume) - Denúncia formulada pelo Deputado AGNELO QUEIROZ contra ato praticado no âmbito da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, referente à aquisição de equipamentos e material de consumo, sem a competente licitação.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, dando conhecimento ao Senhor Secretário de Saúde do Distrito Federal das irregularidades apontadas a fls. 408-411, decidiu solicitar daquela Autoridade que: a) determine às entidades vinculadas à sua Secretaria que só realizem despesas dessa natureza após adequado planejamento; b) adote providências para que os equipamentos em causa possam ser postos, o mais breve possível, em pleno funcionamento; c) informe esta Casa das providências tomadas.

PROCESSO Nº 5911/91 - Balancete da BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, relativo ao 2º trimestre de 1991.- O Tribunal, tomando conhecimento da citada peça contábil, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no item II do referido voto, fls. 80-81.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI PAPADÓPOLIS

PROCESSO Nº 4166/90 - Tomada de contas do agente de material da Divisão de Administração Geral da então Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1989.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando o competente parecer.

PROCESSO Nº 0248/91 - NE nº 507/90-ISDF e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 34-46, considerando cumprida a diligência ordenada na sessão ordinária do dia 12/12/91; b) relevar, em caráter excepcional, a falha apontada na instrução; c) considerar correta a classificação das despesas decorrentes das notas de empenho relacionadas a fls. 17, à vista dos dados delas constantes, sem prejuízo de ulteriores verifidações.

PROCESSO Nº 4609/91 (apenso: Processo nº 5256/91) - Nota de Empenho nº 160/91-RA-X e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas, sem prejuízo de ulteriores verificações.

PROCESSO Nº 6081/91 - Contrato nº 031/91 celebrado entre a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. e o Banco Agrimisa S/A.- O Tribunal autorizou a inclusão dos autos em roteiro de oportuna auditoria na SHIS, nos termos do voto da Relatora, fls. 12-14.

PROCESSO Nº 7100/91 - Balancete da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., relativo ao 3º trimestre de 1991.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento da citada peça contábil; b) determinar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo para os fins indicados na alínea b do referido voto, fls. 89; c) reiterar à SHIS os termos do Ofício GP nº 670/91-CIRCULAR, encaminhando-lhe cópia.

PROCESSO Nº 7423/91 - Contrato nº 086/91 e Termo de Comodato nº 001/91 celebrados entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento dos citados ajustes e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0326/92 - NE nº 599/91-RA-V e outras;
PROCESSO Nº 0327/92 - NE nº 582/91-RA-V e outras;
PROCESSO Nº 0328/92 - NE nº 565/91-RA-V e outras;
PROCESSO Nº 0329/92 - NE nº 547/91-RA-V e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos da Relatora, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas, sem prejuízo de ulteriores verificações.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 0625/91 - Tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de um revólver marca Taurus, calibre 38. Aos autos juntou-se representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu reiterar àquela Secretaria os termos do Ofício GP nº 1657/91, no tocante ao Processo nº 050.000162/91.

PROCESSO Nº 0881/91 - Aposentadoria da servidora AMBROZINA CONCEIÇÃO DE JESUS.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a aposentadoria.

PROCESSO Nº 5596/91 - Reforma do Cabo BM PEDRO PINTO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, relevando a falha apontada na instrução e dando por satisfatoriamente cumprida a diligência ordenada, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a reforma; b) determinar a baixa do processo à 4a. Inspetoria de Controle Externo para os fins indicados na alínea c do referido voto, fls. 71.

PROCESSO Nº 7351/91 - NE nº 156/91-RA-IV e outras;

PROCESSO Nº 0367/92 - NE nº 1148/91-PMDF e outras;

PROCESSO Nº 0813/92 - NE nº 1155/91-PMDF e outras;

PROCESSO Nº 0816/92 - NE nº 1399/91-PMDF e outras;

PROCESSO Nº 0817/92 - NE nº 1461/91-PMDF e outras;

PROCESSO Nº 0818/92 - NE nº 1512/91-PMDF e outras;

PROCESSO Nº 0819/92 - NE nº 1538/91-PMDF e outras;

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 0302/92 (apensos: Processos de nºs 303 a 306, 308 e 312/92) - Nota de Empenho nº 145/91-PMDF e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, decidiu: a) considerar correta a classificação das despesas a que se referem as notas de empenho constantes dos autos e de seus apensos; b) recomendar à PMDF a observância do prazo estabelecido no inciso II do artigo 112 do Regimento Interno, relativo ao encaminhamento de NE a esta Corte.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO Nº 1301/88 (apenso: Processo nº 557/88) - Contratos de nºs 004 e 005/88 celebrados entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do Ofício de nº 438/91-DG e dos documentos que o acompanham, decidiu esclarecer ao DER-DF que à Corte, com relação ao caso vertente, compete fiscalizar a fiel observância das normas emanadas do Decreto nº 7.862/84, devendo aquela Autarquia gestionar junto ao Conselho de Política de Pessoal no sentido de agilizar os estudos pretendidos, caso ainda não tenham sido concluídos.

PROCESSO Nº 0144/89 (apenso: Proc. nº 050.003942/88) - Tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo extravio de um revólver marca Taurus, calibre 38.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, tomando conhecimento do documento de fls. 144, decidiu determinar, em caráter excepcional, o arquivamento dos autos, com baixa na responsabilidade do ex-servidor nominado a fls. 162, no tocante ao débito apontadao na TCE em apreço, visto que não restou provada ação culposa de sua parte.

PROCESSO Nº 1177/91 (apenso: Processo nº 5002/91) - Nota de Empenho nº 220/91-SCE e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos, considerando correta a classificação das despesas a que se reportam; b) recomendar à Secretaria de Cultura, Esportes e Comunicação Social do Distrito Federal que, quando imprescindível a realização de despesas com aquisição de flores, especifique nos documentos pertinentes o evento para o qual se destinam.

PROCESSO Nº 3429/91 - Denúncia formulada pelo Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal sobre a possível prática de usura, através de empréstimo a juros exorbitantes, contra servidores da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) não tomar conhecimento da denúncia em apreço, por versar matéria estranha à sua competência; b) comunicar esta decisão ao órgão denunciante; c) ordenar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 7542/91 - Contrato nº 2464/91 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma BRASITEST S/A. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do citado ajuste.

PROCESSO Nº 0504/92 - NE nº 821/91-TCDF e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1116/91 (apenso: Proc. nº 3750/90) - Resultado de inspeção programada realizada pelo órgão de apoio técnico da Corte na Secretaria de Administração e Trabalho do Distrito Federal, objetivando verificar a regularidade dos pagamentos de proventos de aposentadorias, pensões, revisões e retificações de ex-servidores do GDF, bem como se foram saneadas as falhas detectadas por ocasião de inspeções realizadas no exercício de 1990, com recomendação expressa no sentido de se elaborar levantamento das revisões de proventos e reversões deferidas com fundamento na Lei nº 092/90 para apreciação de sua juridicidade.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) reconsiderar o decidido na sessão de 12.12.91, determinando a desapensação do Processo nº 3750/90 do presente, para que tenham curso autônomo; b) determinar diligência interna para os fins indicados na alínea b do referido voto, fls. 204. Declarou-se impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro JORGE CAETANO, porque era, à época, o titular da Secretaria de Administração, e do mesmo constar documentos em que atuou.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 1562/88 - Aposentadoria do servidor JOÃO SOARES DOS SANTOS.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a aposentadoria.

PROCESSO Nº 2467/90 (apenso: Proc. nº 050.001446/90) - Tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens;

PROCESSO Nº 2884/90 (apenso: Proc. nº 112.008288/90) - Tomada de contas especial realizada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem;

PROCESSO Nº 0402/91 (apenso: Proc. nº 082.000023/91) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido na Escola Classe 22 de Ceilândia;

PROCESSO Nº 2157/91 (apensos: Processos de nºs 806 e 808/91) - Tomadas de contas especiais realizadas pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu enviar os processos ao Ministério Público, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 7242/91 - NE nº 1565/91-SSP e outras;

PROCESSO Nº 7662/91 - NE nº 1745/91-SSP e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 7452/91 - Ata da 253a. Reunião Ordinária do Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento da citada ata e autorizou o arquivamento dos autos.

RELATADOS PELO AUDITOR FRANCISCO MARTINS BENVINDO

PROCESSO Nº 3220/88 - Tomada de contas especial realizada pela Companhia Imobiliária de Brasília para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos comprovantes de ressarcimento de fls. 285-287, considerando cumprida a diligência ordenada através do Ofício GP nº 1838/91; b) julgar regulares as contas em apreço e considerar a firma FIANÇA IMÓVEIS LTDA. e o servidor nominado a fls. 293 quites, neste caso, com a TERRACAP, autorizando a baixa na responsabilidade inscrita; c) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1519/89 - Contrato nº 1982/89 e outros, celebrados entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e diversos. - O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados de inspeção realizada na CAESB, com relevação da falha apontada na instrução; b) por economicidade, determinar o arquivamento dos autos; c) determinar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo para o fim indicado na alínea d da referida proposta, fls. 105.

PROCESSO Nº 2221/90 - Tomada de contas especial realizada pela Administração Regional do Gama para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido no Centro de Convivência do Idoso - CCI. Aos autos juntou-se representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte daquele órgão, de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) reiterar os termos do Ofício GP nº 2116/91, assinando o prazo de 10 (dez) dias para cumprimento; b) determinar a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2469/90 (apenso: Proc. nº 050.001448/90) - Tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo prejuízo causado ao patrimônio do Distrito Federal em decorrência do furto do veículo Volkswagen/sedan, ano 1984, placa FO-5266.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 20 (vinte) dias, para os fins indicados na alínea a da referida proposta, fls. 48; b) ordenar a baixa dos autos à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2610/90 (apenso: Proc. nº 050.003136/89) - Tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de um revólver marca Taurus, calibre 38.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) nos termos do art. 172, § 3º, do Regimento Interno, considerar o servidor JOSÉ CALAZANS RIBEIRO em débito com a Fazenda Pública do Distrito Federal, no valor apurado nos autos; b) em conseqüência, observado o prazo para interposição de recurso, ordenar, de acordo com o art. 173, c/c o art. 156, § 3º, do mesmo Regimento, a notificação do mencionado servidor para, no prazo de 30 (trinta) dias, proceder à reposição de bem similar ao extraviado.

PROCESSO Nº 4175/91 - Contrato nº 018/91 celebrado entre a Fundação Cultural do Distrito Federal e a firma Paulo Octávio Hotéis e Turismo Ltda.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 976/91-PRES-FCDF e anexo, considerando cumprida a diligência transmitida através do Ofício GP nº 2321/91; b) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4673/91 - Contratos de nºs 2288 e 2275/91 celebrados entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e terceiros.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos citados ajustes, com relevação da falha apontada na instrução, bem como dos resultados de inspeção especial realizada junto à CAESB; b) determinar àquela Entidade que, quando da contratação de serviços como os constantes do Contrato nº 2288/91, adote procedimento licitatório, evitando, inclusive, a prorrogação de ajustes com essa finalidade; c) ordenar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 7176/91, com representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não encaminhamento, por parte do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, da tomada de contas especial cuja instauração fora comunicada através do Ofício nº 609/91-GS.SLU. - O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu determinar ao SLU o imediato envio à Corte da referida tomada de contas especial (Processo nº 094.001425/91).

PROCESSO Nº 2371/90 - Relatório de inspeção especial, decorrente do exame de notas de empenho, autorizada em 20.03.91, para obtenção de amplos elementos de informação sobre o Departamento de Turismo - DETUR e a empresa DINÂMICA - Vigilância e Segurança Limitada, objeto da NE nº 072/90 e outras, que revelaram indícios de irregularidade no pagamento de serviços de vigilância.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados de inspeção realizada no DETUR, determinando o envio de cópia do respectivo relatório àquele Órgão e ao Controle Interno do Distrito Federal; b) fazer à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF e Entorno a determinação indicada na alínea b da referida proposta, fls. 288; c) determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins alvitrados nas alíneas c, d e e da mesma proposta, fls. 288-290; d) alertar o DETUR para a devida observância da norma contida no § 5º do art. 58 do Decreto de nº 12.966/90; e) ordenar imediata inspeção junto ao DETUR para exame da matéria contida na alínea g da mencionada proposta, fls. 290; d) diante das irregularidades evidenciadas nos autos e nos Processos de nºs 2270/90-DETUR e 419/91-DEFER, que tendem a configurar a cartelização do setor de vigilância, conservação e limpeza no Distrito Federal, e considerando o disposto no parágrafo único, do art. 67, do Decreto nº 10.996/88 e, em especial, a edição do Decreto Federal nº 449, de 17.02.92, instituindo o Catálogo Unificado de Materiais, os Sistemas Integrados de Registro de Preços e o Cadastro de Fornecedores, solicitar do Senhor Governador do Distrito Federal a realização de urgentes estudos visando à implantação, no âmbito do GDF, de instrumentos semelhantes aos recém-instituídos na área federal, fato que permitirá melhor exame da economicidade na aplicação dos recursos públicos nos órgãos e entidades do Distrito Federal.

Às 16:10 horas, após haver o Conselheiro JORGE CAETANO relatado os processos que lhe foram distribuídos, o Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA ausentou-se da sessão, por motivo justificado, deixando de participar do julgamento dos processos relatados pelos Conselheiros-Substitutos OSVALDO RODRIGUES e JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e do Auditor FRANCISCO MARTINS BENVINDO.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, JOMAR MACIEL PIRES, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Conselheiros-Substitutos, Auditor e Procuradora-Geral em exercício.

JOSÉ EDUARDO BARBOSA
RONALDO COSTA COUTO
MARLI VINHADELI PAPADÓPOLIS
JORGE CAETANO
OSVALDO RODRIGUES
FRANCISCO MARTINS BENVINDO
JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 2809

Aos 26 dias do mês de março de 1992, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI PAPADÓPOLIS e JORGE CAETANO, os Conselheiros-Substitutos OSVALDO RODRIGUES e JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, o Auditor FRANCISCO MARTINS BENVINDO e a Procuradora-Geral em exercício Dra. MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, o Presidente, Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, declarou aberta a sessão.

Ausente o Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA, por motivo de viagem de caráter oficial.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a Ata da Sessão Ordinária nº 2808.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 1454/89 (anexo: 01 volume) - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração financeira e patrimonial, em conformidade com o GIPLAN/89.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento do Ofício nº 027/92-D.PRES, ordenou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo para cumprimento da determinação contida no item V de fls. 254.

PROCESSO Nº 1494/89 - Aposentadoria da servidora MARIA DO SOCORRO JORDÃO EMERENCIANO.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a aposentadoria. Declarou-se impedido de participar do julgamento deste processo o Conselheiro JORGE CAETANO, porque, à época da expedição do ato concessório, ocupava o cargo de Secretário de Administração do Distrito Federal.

PROCESSO Nº 2404/89 - Ata da 816a. reunião e outras, de órgãos colegiados da Companhia de Água e Esgotos de Brasília.- O Tribunal, tomando conhecimento do resultado de inspeção realizada na CAESB, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no voto do Relator, fls. 70-72.

PROCESSO Nº 2539/90 (apenso: Proc. nº 074.000358/88) - Consulta formulada pela PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento (em liquidação) sobre o procedimento a ser adotado em relação à ausência de registro de atos e fatos contábeis relativos à dívida contraída junto ao Banco de Brasília S/A. Aos autos juntou-se representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 168/91-PROFLORA e dos documentos que o acompanham, relevando, em caráter excepcional, o não atendimento da diligência transmitida através do Ofício GP nº 2318/91; b) advertir ao Sr. Liquidante da Entidade que a falta de cumprimento oportuno das determinações da Corte pode sujeitar os responsáveis às sanções legais; c) ordenar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3645/90 - Contrato nº 018/90 e outros, celebrados entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 0454/91-PRESI e dos documentos que o acompanham, considerando satisfatoriamente cumprida a diligência ordenada através do Ofício GP nº 979/91; b) reconhecer, em caráter excepcional, a regularidade do ajuste nº 017/90, advertindo a CODEPLAN que evite o uso indiscriminado da dispensa de licitação por notória especialização, analisando criteriosamente cada caso, vez que a adoção continuada de tal prática poderá ensejar aplicações de sanções; c) autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4099/91 - Consulta formulada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil sobre a contratação de pessoal de obras para atender as necessidades dos convênios que aquela Empresa mantém com vários órgãos da administração direta do GDF, bem como a contratação de veículos de terceiros sem o cumprimento de procedimento licitatório.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando o competente parecer.

PROCESSO Nº 7199/91 - NE nº 177/91-SAP e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 7387/91 - NE nº 035/91-SAP/FZDF e outras;

PROCESSO Nº 7467/91 - NE nº 199/91-RA-VI e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 7547/91 - Consulta formulada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal sobre a viabilidade de integrar-se aos vencimentos e aos proventos de aposentadoria os valores recebidos pela prestação de horas extras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento da matéria versada nos autos, decidiu: a) responder negativamente à consulta, informando à FHDF da impossibilidade de que as horas extras habituais sejam integradas à remuneração ou aos proventos da inatividade por decisão administrativa; b) solicitar àquela Entidade que informe à Corte sobre a efetiva prestação dos serviços extraordinários no período correspondente às horas extras pagas, bem como esclareça os motivos de inobservância dos Decretos nºs 11386/88 e 11452/89 que disciplinam a prestação de serviços extraordinários no âmbito do Governo do Distrito Federal; c) dar caráter normativo a esta decisão, comunicando-se a todos os órgãos jurisdicionados. Decidiu, mais, acolhendo proposta do Conselheiro JORGE CAETANO, aprovada pelo Plenário, mandar publicar em anexo à presente ata, o referido voto, fls. 64-71, e o parecer do Ministério Público, fls. 55-63.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI PAPADÓPOLIS

PROCESSO Nº 0948/87 - Tomada de contas especial instaurada pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana em cumprimento a determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando o competente parecer.

PROCESSO Nº 3033/90 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Administração da Estação Rodoviária de Brasília (extinta pelo Decreto nº 12.542, de 30 de julho de 1990) para verificar aspectos relacionados com a receita do órgão.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 191/91-GAB/RA-I e dos documentos que o acompanham, considerando parcialmente cumprida a diligência; b) reiterar os termos da letra b do Ofício GP nº 2265/90; c) determinar a baixa dos autos à 5a. Inspetoria de Controle Externo para os fins indicados na alínea c do referido voto, fls. 62-63.

PROCESSO Nº 4831/91 - Balancete das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, relativo ao 2º trimestre de 1991.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomando conhecimento do citado balancete e dos documentos que o acompanham, autorizou a inclusão dos autos em roteriro de inspeção para os fins indicados na instrução de fls. 140.

PROCESSO Nº 6986/91 - Balancete do Banco de Brasília S/A, relativo ao 3º trimestre de 1991.- O Tribunal, tomando conhecimento da citada peça contábil, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins alvitrados no voto da Relatora, fls. 206-207.

PROCESSO Nº 6991/91 - Balancete da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, referente ao 3º trimestre de 1991. - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento do citado balancete, relevando a falha apontada na instrução; b) fazer à CODEPLAN a recomendação indicada na alínea b do mencionado voto, fls. 198-199.

PROCESSO Nº 7151/91 - Balancete da BRB - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, relativo ao 2º trimestre de 1991.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento da citada peça contábil e autorizou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 7704/91 - Contrato nº 037/91 celebrado entre a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. e a empresa Recapagem Royal Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do citado ajuste e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0333/92 - NE nº 024/91-ArPDF e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, relevando a falha aponta

da na instrução, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas, sem prejuízo de ulteriores verificações.

PROCESSO Nº 524/92 - NE nº 616/91-RA-V e outras;

PROCESSO Nº 674/92 - NE nº 1025/91-TCDF e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos da Relatora, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 0560/92 - NE nº 223/91-ArPDF e outras;

PROCESSO Nº 0814/92 - NE nº 058/91-PMDF e outras;

PROCESSO Nº 0824/92 - NE nº 1622/91-PMDF e outras;

PROCESSO Nº 0862/92 - NE nº 1418/91-PMDF e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos da Relatora, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas, sem prejuízo de ulteriores verificações.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 3712/90 - Balancete do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, relativo ao 3º trimestre de 1991.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento dos expedientes de fls. 61-65, determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0609/91 - Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 001/91 celebrado entre a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do citado aditivo.

PROCESSO Nº 0943/91 - Contrato nº 001/91 e outros, celebrados entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos esclarecimentos apresentados pela CODEPLAN no Ofício nº 490/91-PRESI e documentos que o acompanham, considerando satisfatoriamente cumprida a diligência transmitida através do Ofício GP nº 1228/91, com relevação da falha apontada na instrução; b) convalidar, em caráter excepcional, o Contrato nº 40/90, vez que não acarretou prejuízo àquela Empresa; c) determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no item IV do referido voto, fls. 86.

PROCESSO Nº 0946/91 - Ata da 124a. reunião e outras, de órgãos colegiados do Banco de Brasília S/A.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando o competente parecer.

PROCESSO Nº 0955/91 - Contrato nº 013/91 e outros, celebrados entre a Companhia Imobiliária de Brasília e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 587/91-PRESI e anexo, dando por cumprida a diligência transmitida através do Ofício GP nº 1214/91; b) considerar, em caráter excepcional, regulares as dispensas de licitações que serviram de base aos Contratos de nºs 210/90 e 011/91; c) fazer à TERRACAP a recomendação indicada na alínea c do referido voto, fls. 80.

PROCESSO Nº 6361/91 - NE nº 1057/91-SSP e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas a que se referem as notas de empenho constantes dos autos, com exceção da Nota de Empenho de nº 1064/91; b) relativamente a esta, determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para os fins indicados no mencionado voto, fls. 22.

PROCESSO Nº 0310/92 (apensos: Processos de nºs 311, 365 e 366/92) - Nota de Empenho nº 1345/91-PMDF e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, considerar correta a classificação das despesas a que se referem as notas de empenho constantes dos autos e de seus apensos; b) fazer à PMDF a recomendação indicada na alínea c do referido voto, fls. 29.

PROCESSO Nº 0820/92 - NE nº 1642/91-PMDF e outras;

PROCESSO Nº 0821/92 - NE nº 1724/91-PMDF e outras;

PROCESSO Nº 0822/92 - NE nº 1813/91-PMDF e outras;

PROCESSO Nº 0863/92 - NE nº 1712/91-PMDF e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO Nº 1326/88 - Tomada de contas especial realizada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens;

PROCESSO Nº 3019/89 (apenso: Proc. nº 101.002125/89) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu enviar os processos ao Ministério Público, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 3827/88 - Aposentadoria da servidora IZA GALVÃO RIBEIRO DE MELO;

PROCESSO Nº 1949/89 - Aposentadoria do servidor JOZSEF DONCSECZ;

PROCESSO Nº 0274/90 - Aposentadoria do servidor ROMÍLIO GOMES DOS SANTOS.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, as aposentadorias.

PROCESSO Nº 0703/90 - Balancete da Companhia Imobiliária de Brasília, relativo ao 4º trimestre de 1989.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, considerando insatisfatório o cumprimento da diligência de que trata o Ofício GP nº 1298/91, decidiu: a) esclarecer à TERRACAP que: I) as despesas indicadas no item 2, alínea b, do citado ofício desta Corte, referem-se ao exercício de 1989, enquanto que as mencionadas no Ofício nº 504/91-PRESI, indicado no de nº 522/91-PRESI, são pertinentes ao exercício de 1990; II) não consta do aludido Ofício nº 504/91-PRESI, com o qual pretendeu-se dar atendimento às solicitações feitas através do Ofício GP nº 1298/91, citado, a identificação do responsável ou responsáveis pela irregularidade apontada na alínea c desse expediente, bem como as razões da inobservância do disposto no Decreto nº 6.028/81, alterado pelo de nº 11.515/89; b) em conseqüência, assinar o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento dessa determinação, observado o disposto no artigo 182 do Regimento Interno.

PROCESSO Nº 1565/90 (apenso: Proc. nº 075.000062/90) - Tomada de contas especial realizada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A para apurar responsabilidades em virtude do pagamento de acréscimos legais decorrentes de atraso no recolhimento do PASEP.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 447/91-PRES e dos documentos de fls. 58-63 do apenso, considerando satisfatoriamente cumprida a diligência ordenada através do Ofício GP nº 1150/91; b) em conseqüência, ordenar à SAB que proceda à baixa na responsabilidade do servidor nominado a fls. 22, autorizando a devolução àquela Entidade do citado apenso; c) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 6273/91 - Tomada de contas do agente de material da Secretaria de Administração e Trabalho do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1990.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, julgou regulares as contas em apreço, ordenando, em conseqüência, a expedição da correspondente provisão de quitação a que faz jus o responsável, servidor JAIR ANTONIO GUIMARÃES.

PROCESSO Nº 7537/91 - Contrato nº 075/91 celebrado entre a Fundação Cultural do Distrito Federal e a firma Josiplastic Indústria e Comércio Ltda., tendo por objeto o fornecimento e instalação da lona de cobertura do "Gran Circo Lar".- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando as falhas apontadas na instrução, tomar conhecimento do ajuste em apreço; b) recomendar à FCDF que, de futuro, indique, também, nos contratos que celebrar, a fonte dos recursos e respectiva classificação orçamentária da despesa, ex vi do prescrito no art. 74, V, do Decreto nº 10.996/88.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 1103/89 (apenso: Processo nº 1652/89) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido na Escola Classe nº 26 de Taguatinga.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou a baixa na responsabilidade do servidor apontado no Certificado de Auditoria nº 116/89-DpA/SEF e o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0708/90 (apenso: Proc. nº 121.034827/90) - Tomada de contas especial realizada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem;

PROCESSO Nº 2803/90 (apenso: Proc. nº 112.007802/90) - Tomada de contas especial realizada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu enviar os processos ao Ministério Público, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 4952/90 (apenso: Proc. nº 121.057460/90) - Tomada de contas especial realizada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central para apurar responsabilidades pelo furto de um veículo marca Volkswagen de sua propriedade.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento da TCE em apreço e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 6777/91 - Convênio nº 005/91 celebrado entre a Fundação Cultural do Distrito Federal e a Fundação Educativa Apoio;

PROCESSO Nº 7417/91 - Contrato nº 036/91 firmado entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central e a firma AXIS CONSULTORES ASSOCIADOS;

PROCESSO Nº 7705/91 - Convênio nº 025/91 celebrado entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central e o Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento dos citados ajustes e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 7085/91 - NE nº 278/91-RA-V e outras;

PROCESSO Nº 7247/91 - NE nº 363/91-RA-V e outras;

PROCESSO Nº 7248/91 - NE nº 311/91-RA-V e outras;

PROCESSO Nº 7304/91 - NE nº 402/91-RA-V e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 0541/92 (apenso: Processo nº 6619/91) - Relação trimestral das tomadas de contas especiais enviada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, em cumprimento ao disposto no artigo 156, § 4º, do Regimento Interno.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) relevando as falhas apontadas na instrução, tomar conhecimento dos expedientes de fls. 01, 03 e 06 e seus anexos; b) autorizar a inclusão dos autos em roteiro de auditoria, para os fins indicados no referido voto, fls. 14.

PROCESSO Nº 5465/91 (apenso: Proc. nº 061.030235/91) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido no Hospital Regional de Taguatinga.- O Tribunal, relevando a falha apontada na instrução, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no voto do Relator, fls. 08-09.

RELATADOS PELO AUDITOR FRANCISCO MARTINS BENVINDO

PROCESSO Nº 1370/90 (apenso: Proc. nº 132.001865/89) - Tomada de contas especial realizada pela Administração Regional de Taguatinga para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) devolver o processo apenso àquela Administração Regional para o cumprimento dos artigos 154 e 158 do Regimento Interno, concedendo-lhe para esse fim o prazo de 30 (trinta) dias; b) revendo parcialmente a decisão de fls. 18, e nos termos do art. 182, inciso III, do citado Regimento, c/c o art. 1º da Resolução nº 40/91, aplicar aos senhores FROYLAN PINTO DOS SANTOS e JOSÉ MARIA GONÇALVES COELHO, respectivamente, ex e atual Administrador Regional de Taguatinga, multa no valor individual de Cr$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), por descumprimento de determinação da Corte; c) autorizar a notificação dos referidos senhores para que procedam aos recolhimentos respectivos junto à unidade própria da Secretaria de Fazenda e Planejamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sujeitos, se intempestivos, a posterior atualização conforme variação da UPDF.

PROCESSO Nº 2219/91 (apenso: Proc. nº 054.000422/91) - Tomada de contas especial realizada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ordenou, nos termos do art. 172 do Regimento Interno, a citação do senhor nominado a fls. 08 para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar alegações de defesa quanto ao débito que lhe está sendo atribuído nos autos ou se preferir, recolher, desde logo, o seu valor devidamente atualizado.

PROCESSO Nº 5115/91 - NE nº 298/91-SLU e outras.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das notas de empenho em referência e considerar correta a classificação das despesas de que tratam, exceto quanto à NE nº 305/91; b) a respeito desta, autorizar a inclusão dos autos em oportuna inspeção programada a ser realizada no SLU, nos termos da alínea b da referida proposta, fls. 22.

PROCESSO Nº 5257/91 - NE nº 238/91-RA-X e outras;

PROCESSO Nº 7249/91 - NE nº 293/91-RA-V e outras;

PROCESSO Nº 7260/91 - NE nº 417/91-RA-V e outras;

PROCESSO Nº 7276/91 - NE nº 262/91-RA-V e outras;

PROCESSO Nº 7303/91 - NE nº 385/91-RA-V e outras;

PROCESSO Nº 7400/91 - NE nº 449/91-RA-V e outras;

PROCESSO Nº 7402/91 - NE nº 481/91-RA-V e outras.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 7447/91 - Ata da 453a. reunião e outras, de órgãos colegiados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 7448/91 - Ata da 42a. reunião e outras, de órgãos colegiados da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 7481/91 - Atas das 526a. a 528a. Reuniões Ordinárias da Diretoria Consultiva do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 7710/91 - Ata da 234a. reunião e outras, de órgãos colegiados das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 7714/91 - Ata da 44a. Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, tomou conhecimento das mencionadas atas e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 1442/92, com o Ofício nº 095/92-PR, pelo qual a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal solicita nova prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa da tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidades pelo extravio de vales transporte, que se encontravam no Centro de Apoio Social daquela Entidade (Processo nº 101.000322/92-FSS).- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento do citado expediente e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO Nº 0680/89 (apenso: Proc. nº 054.003034/89) - Tomada de contas especial realizada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem;

PROCESSO Nº 3871/89 (apenso: Proc. nº 1088/90) - Tomada de contas especial realizada por esta Corte de Contas para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade.

- Vista concedida ao Conselheiro-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, por tratarem os processos de matéria análoga aos de que pedira vista em sessão de 17 do corrente mês (Processos de nºs 1593 e 2693/89).

Às 16:30 horas, o Senhor Presidente, Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, ausentou-se da sessão para representar o Tribunal na solenidade de posse do Ministro ARMANDO DE BRITO no Tribunal Superior do Trabalho, passando a direção dos trabalhos à Vice-Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI PAPADÓPOLIS.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, JOMAR MACIEL PIRES, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Conselheiros-Substitutos, Auditor e Procuradora-Geral em exercício.

JOSÉ EDUARDO BARBOSA
JOEL FERREIRA DA SILVA
FREDERICO AUGUSTO BASTOS
RONALDO COSTA COUTO
MARLI VINHADELI PAPADÓPOLIS
JORGE CAETANO
OSVALDO RODRIGUES
FRANCISCO MARTINS BENVINDO
JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS

ANEXO DA ATA Nº 2809
(Sessão Ordinária de 26/03/92)

PROCESSO Nº 7547/91
Relator: Cons. RONALDO COSTA COUTO

EMENTA:

FHDF. Consulta. Integração de horas extras ao salário e aos proventos de inatividade. Impossibilidade por decisão administrativa.

RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Senhor Secretário de Saúde e Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, sobre a integração ao salário ou aos proventos da inatividade, de horas extras habitualmente prestadas por servidores da referida Fundação.

Considerando a complexidade e a relevância jurídica da matéria, e seus reflexos em decisões futuras, o Egrégio Plenário deste Tribunal decidiu, na Sessão Ordinária nº 2797, de 11/02/91, ouvir a Procuradoria, cujo pronunciamento, da lavra do eminente Procurador Dr. JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, se juntou aos autos às fls. 55/63.

Em seu extenso e brilhante parecer, o ilustre Procurador do Ministério Público tece, inicialmente, considerações a respeito da "diversidade do tratamento do assunto e da respectiva prestação jurisdicional segundo o regime de trabalho a que estiver sujeito o agente público", esclarecendo que: se submetido ao regime celetista, sujeita-se o Estado às regras ordinárias contratuais, gozando o obreiro dos privilégios processuais, traduzidos em presunções e isenções, na sua condição presumida de hipossuficiente. Já no regime estatutário, o servidor e a própria atuação do Poder Judiciário encontram limites mais restritos, podendo, a Administração Pública, inclusive, alterar as condições de trabalho, ainda que em prejuízo pessoal do servidor.

Da mesma forma diz, o pleito de incorporação de vantagens concedidas habitualmente, terá deslindes diferentes, segundo o regime jurídico da relação de emprego.

No regime celetista prevalece a regra da incorporação em decorrência das disposições constantes dos artigos 442 e 468 do diploma consolidado. No regime estatutário, como informa o parecer, "as condições de trabalho são ditadas e alteradas conforme as necessidades do serviço público e as vantagens concedidas, suprimidas ou incorporadas em face de interpretação restrita da lei. Toda despesa é estabelecida na Lei Orçamentária e sua alteração prescinde do mesmo meio".

Com relação à supressão das horas extraordinárias, diz o Parecer:

"14. Sob o amparo do princípio da irredutibilidade do salário formou-se expressiva corrente de pensamento que propugnava pela continuidade do pagamento da remuneração das horas extras, prestadas durante longo período, objetivando, com isso, assegurar a estabilidade da remuneração do empregado.

15. Em 19.07.78, por meio da Resolução nº 69, o Colendo Tribunal Superior do Trabalho a pretexto de uniformizar interpretações editou o seguinte verbete da Súmula de sua jurisprudência predominante, hoje Enunciado nº 76:

"o valor das horas suplementares prestadas habitu
"almente, por mais de 02(dois) anos, ou durante todo
"o contrato, se suprimidas, integra-se no salário pa
"ra todos os efeitos legais."

16. É consabido que, na ausência de lei, o Juiz é autorizado a recorrer a analogia e aos princípios gerais entre outros meios de integração auxiliares, conforme art. 8º da CLT.

17. Na ausência de norma dispondo sobre as conseqüências da supressão da remuneração das horas extras prestadas e diante do princípio da irredutibilidade do salário, passou a ser entendido que aquela supressão se enquadrava nas alterações unilaterais vedadas pelo art. 468 da CLT, impondo-se à Justiça determinar a continuidade do pagamento.

18. À luz dessa orientação jurisprudencial firmou-se a necessidade da satisfação simultânea de três requisitos para a Justiça do Trabalho determinar a continuidade do pagamento de horas extras:

1º) realização de serviço extraordinário;

2º) habitualidade; e

3º) supressão por ato unilateral do empregador.

19. Há nos autos registro da satisfação desses requisitos.

20. O caminho iniciado pela jurisprudência, porém, nem sempre favoreceu o obreiro. Inúmeros empregadores preferiram não mais suprimir a realização de horas extras, mantendo nessa condição aqueles que já houvessem prestado serviço por tempo superior a dois anos. Além desse aspecto, a elevação do princípio da irredutibilidade salarial à condição de norma absoluta contrariava o próprio ordenamento jurídico

laboral que, em algumas hipóteses, como v.g. força maior ou prejuízos comprovados, autoriza a redução nominal do salário. V. art. 503 da CLT.

21. Necessário se fazia rever o Enunciado para adequá lo aos fatos observados e, porque não dizer, à própria evolução das reflexões sobre o assunto.

22. Veio, então, em 14.04.89, o C. TST a aprovar o Enunciado nº 291, com o seguinte teor:

"A supressão, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos um ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares efetivamente trabalhadas nos últimos 12 anos, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão".

23. Observa-se que, por ser incompatível e posterior ao Enunciado 76, tacitamente, a nova posição revoga a anterior.

24. Nesse sentido é a seguinte ementa:

"Horas extras. Supressão. O teor do enunciado 291 do TST veio revogar, tacitamente, a matéria examinada no Enunciado nº 76 do mesmo tribunal".

RO/3153/88 - AC, 2ª T - 1735/89, Rel. Juiz Libânio Cardoso.

25. É imperioso registrar que a nova orientação da mais alta Corte trabalhista apresenta sensíveis vantagens sobre a anterior na medida em que possibilita às partes do pacto laboral a cessação da realização do serviço extraordinário e o restabelecimento da relatividade do princípio da irredutibilidade salarial."

Assim, explicita:

"Quando ocorria a supressão na vigência do Enunciado nº 76, a decisão dos Tribunais, era de incorporar o valor das horas extras ao salário. Essa incorporação, reconhecia daí por diante a natureza salarial da parcela impondo que sobre ela incidissem as vantagens como v.g., aposentadoria prêmio, do art. 184, inciso II da Lei 1711/52".

Desta forma, entende o ilustre Procurador, que os servidores da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, após o advento da Lei 119/90, que os submeteu ao regime estatutário, não mais se beneficiam dos limites à alteração contratual da legislação obreira. E aduz: "as horas extras do regime estatutário sempre puderam ser suprimidas sem qualquer sequela".

Ademais, mesmo no regime celetista, a partir da edição do Enunciado nº 291, acima transcrito, não mais se obriga a integração aos salários dos valores das horas extras suprimidas.

Restaria assim, ao exame da questão, apenas a possibilidade da extensão da decisão judicial por via administrativa, baseado no princípio de isonomia.

Sob este aspecto, o Parecer reproduz o teor da Súmula nº 339 do STF, que dispõe:

" 339 - Não cabe ao Poder Judiciário que não tem função legislativa, aumentar vencimentos do servidores públicos sob o fundamento de isonomia".

Concluindo que, "se tal óbice se impõe ao Poder Judiciário, para a Administração assume a condição de intransponível, face ao princípio da legalidade".

O preclaro Procurador, em seu circunstancioso Parecer, ainda esclarece:

a) A consulta formulada pela FHDF preenche os requisitos necessários à sua apreciação, nos termos do art. 184 do RI do Tribunal;

b) A propósito do Parecer nº 196/91-PJ-FHDF-fls.23/29 que diz:

"Ressalte-se, ainda, que após o advento da Lei 119/90, que submeteu o servidor ao regime da Lei 1711/52, vem sendo descontado mensalmente no seu pagamento, sob o título "IAPAS ESTATUTÁRIO", a taxa de 6% (seis por cento) do total percebido, incluindo o valor pago a título de horas extras."

"Não sendo este valor incluído nos proventos da aposentadoria, o servidor terá direito a devolução das importâncias descontadas em seu vencimento, caso contrário, ocorrerá o enriquecimento sem causa."

Entende que "tal proposição parte da premissa equivocada de que a relação do cidadão com a previdência social é biunívoca, tratando-se de verdadeiro sofisma o silogismo assentado".

E completa:

"O conjunto de parcelas sobre os quais incide o desconto previdenciário é maior do que o correspondente aos proventos, como demonstra, v.g. a existência de "teto" do valor de benefício ou mesmo a contribuição sobre vantagens eventuais ou indenizatórias".

c) O Tribunal, ao apreciar o Proc. nº 3086/88, "considerou ilegal o pagamento de horas extras habituais, após suprimida a sua realização, por parte do DETRAN, com fulcro em decisão administrativa, ordenando-se medidas tendentes à recomposição do erário".

d) Horas extras habituais têm sido pagas como forma de recompor a perda do poder aquisitivo do salário, independentemente da prestação do serviço extraordinário, assunto este merecedor de averiguações.

Diante das considerações expendidas, o Ministério Público, em conclusão, é de parecer que:

"a) o Tribunal deve conhecer a consulta porque atende aos requisitos formais;

b) no mérito, deve responder negativamente a consulta, no sentido de que as horas extras, ainda que habitualmente prestadas, não podem ser integradas à remuneração ou aos proventos de inatividade, por decisão administrativa."

E sugere:

"a) Se entender conveniente pode o Tribunal deliberar sobre a comunicação das considerações expendidas neste parecer, visando situar o assunto no que tange à pouca probabilidade atual de incorporação judicial da parcela.

b) Recomenda, ainda, o Ministério Público que o órgão consulente seja solicitado a prestar esclarecimentos sobre a efetiva prestação de serviço no período correspondente às horas extras remuneradas, informando os motivos pelos quais não foram observados os Decretos 11.386/88 e 11.452/89, sobre a continuidade na realização de serviço extraordinário."

VOTO

O Parecer da Douta Procuradoria, da lavra do eminente Procurador Dr. JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, examina com profundidade o assunto, tecendo considerações sobre os seus principais aspectos, não deixando margem a quaisquer dúvidas com relação ao deslinde da questão, razão pela qual VOTO por que o Tribunal, esposando as razões do Parecer:

a) conheça da consulta formulada pela FHDF;

b) responda negativamente à consulta, informando à FHDF da impossibilidade de que as horas extras habituais sejam integradas à remuneração ou aos proventos da inatividade por decisão administrativa;

c) solicite à FHDF que informe a este Tribunal de Contas sobre a efetiva prestação dos serviços extraordinários no período correspondente às horas extras pagas, bem como esclareça os motivos de inobservância dos Decretos nºs 11.386/88 e 11.452/89 que disciplinam a prestação de serviços extraordinários no âmbito do Governo do Distrito Federal.

d) que se dê caráter normativo a esta decisão, comunicando-se a todos os órgãos jurisdicionados.

Brasília, 26 de março de 1992

RONALDO COSTA COUTO
Conselheiro-Relator

ANEXO DA ATA Nº 2809
(Sessão Ordinária de 26/03/92)

Processo nº 7.547/91
Parecer nº 026/91

Egrégio Plenário,

Está sob apreciação o processo da epígrafe em que a Fundação Hospitalar do Distrito Federal consulta este Tribunal sobre a possibilidade de considerar nos cálculos dos proventos de aposentadoria o valor das horas extras prestadas habitualmente.

02. Preliminarmente, para adequada compreensão das conclusões que serão adotadas, mostra-se conveniente obtemperar a diversidade de tratamento do assunto e da respectiva prestação jurisdicional segundo o regime de trabalho a que estiver sujeito o agente público.

03. É que, quando jungido a relação de natureza estatutária, o servidor e a própria atuação do Poder Judiciário na solução das lides encontram limites mais estreitos do que os configurados no regime celetista.

04. Nesse último, como leciona DE FERREIRA, o Estado desce do seu pedestal para entrar em coordenação com os indivíduos, abandonando sponte propria seus privilégios, sujeitando-se às regras ordinárias contratuais. Nessa órbita os privilégios processuais, traduzidos em presunções e isenções, favorecem o obreiro na condição de hipossuficiente.

05. Já no regime estatutário as condições de serviço podem ser alteradas, ainda que em prejuízo pessoal do servidor. (in Hely L. Meirelles, D. Adm. Brasileiro, 12ª ed., p. 346). Logo, as condições potestativas quando formuladas pela Administração têm validade plena, sempre que a relação de trabalho seja regida pelo próprio regime da Administração.

06. Expendidas essas breves considerações, pode-se assegurar que o mesmo pleito de incorporação de vantagens concedidas habitualmente terão deslindes diferentes de acordo com o regime de trabalho a que está submetido o agente público.

07. De fato, como uma das vigas mestras do direito do trabalho está a integração das vantagens concedidas habitualmente, ainda que por liberalidade, ao contrato de trabalho, as quais em decorrência do art. 442 da CLT, presumem-se ajustadas tacitamente. E, as condições de trabalho só podem ser alteradas por mútuo consentimento e desde que não resultem direta ou indiretamente prejuízos ao empregado.

08. No regime estatutário as condições de trabalho são ditadas e alteradas conforme as necessidades do serviço público e as vantagens concedidas, suprimidas ou incorporadas em face de interpretação restrita da Lei. Toda despesa é estabelecida na Lei Orçamentária e sua alteração prescinde do mesmo meio.

09. O Poder Judiciário diante do regime estatutário tem sua atuação, como já foi esclarecido, mais limitada, pois não pode estabelecer, via de regra, acréscimo de despesa ou interferir no mérito das condições de trabalho. Na feliz expressão de José Cretella Jr., "patrulha as fronteiras da legalidade".

10. Corolário dos postulados em tela é que, hoje, regidos pela Lei 8.112, de 11.12.90, os servidores não teriam amparo legal para buscar a incorporação de vantagens habitualmente concedidas.

SUPRESSÃO DAS HORAS EXTRAS

11. Merece ser analisada as conseqüências da supressão da realização de horas extras no âmbito do regime celetista e a alteração da jurisprudência a respeito.

12. É despiciendo recordar aqui a longa e árdua luta da classe obreira para que lhe fosse reconhecido o direito ao descanso, do qual é corolário a limitação da jornada de trabalho e os consectários desestimuladores à prática patronal de impor a realização de serviço extraordinário, entre os quais se destaca a remuneração acrescida das horas extras.

13. É elementar, portanto, que a supressão das horas extras da jornada do trabalhador não deveriam ensejar outro benefício, senão aquele próprio que se reestabelece: a jornada de trabalho de oito horas com o aumento do período de descanso correspondente.

14. Sob o amparo do princípio da irredutibilidade do salário formou-se expressiva corrente de pensamento que propugnava pele continuidade do pagamento da remuneração das horas extras, prestadas durante longo período, objetivando, com isso, assegurar a estabilidade da remuneração do empregado.

15. Em 19.07.78, por meio da Resolução nº 69, o Colendo Tribunal Superior do Trabalho a pretexto de uniformizar interpretações editou o seguinte verbete da Súmula de sua jurisprudência predominante, hoje Enunciado nº 76:

> "o valor das horas suplementares prestadas habi
> "tualmente, por mais de 02 (dois) anos, ou durante
> "todo o contrato, se suprimidas, integra-se no sa
> "lário para todos os efeitos legais".

16. É consabido que, na ausência de lei, o Juiz é autorizado a recorrer a analogia e aos princípios gerais entre outros meios de integração auxiliares, conforme art. 8º da CLT.

17. Na ausência de norma dispondo sobre as conseqüências da supressão da remuneração das horas extras prestadas e diante do princípio da irredutibilidade do salário, passou a ser entendido que aquela supressão se enquadrava nas alterações unilaterais vedadas pelo art. 468 da CLT, impondo-se à Justiça determinar a continuidade do pagamento.

18. À luz dessa orientação jurisprudencial firmou-se a necessidade da satisfação simultânea de três requisitos para a Justiça do Trabalho determinar a continuidade do pagamento de horas extras:

1º) realização de serviço extraordinário;

2º) habitualidade; e

3º) supressão por ato unilateral do empregador.

19. Há nos autos registro da satisfação desses requisitos.

20. O caminho iniciado pela jurisprudência, porém, nem sempre favoreceu o obreiro. Inúmeros empregadores preferiram não mais suprimir a realização de horas extras, mantendo nessa condição aqueles que já houvessem prestado serviço por tempo superior a dois anos. Além desse aspecto, a elevação do princípio da irredutibilidade salarial à condição de norma absoluta contrariava o próprio ordenamento jurídico laboral que, em algumas hipóteses, como v.g. força maior ou prejuízos comprovados, autoriza a redução nominal do salário. V. art. 503 da CLT.

21. Necessário se fazia rever o Enunciado para adequá-lo aos fatos observados e, porque não dizer, à própria evolução das reflexões sobre o assunto.

22. Veio, então, em 14.04.89, o C. TST a aprovar o Enunciado nº 291, com o seguinte teor:

> "A supressão, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos um ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O calculo observará a média das horas suplementares efetivamente trabalhadas nos últimos 12 meses, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão".

23. Observa-se que, por ser incompatível e posterior ao Enunciado 76, tacitamente, a nova posição revoga a anterior.

24. Nesse sentido é a seguinte ementa:

> "Horas extras. Supressão. O teor do enunciado 291 do TST veio revogar, tacitamente, a materia examinada no Enunciado nº 76 do mesmo tribunal".
>
> RO/3153/88 - AC, 2ª T - 1735/89, Rel. Juiz Libânio Cardoso.

25. É imperioso registrar que a nova orientação da mais alta Corte trabalhista apresenta sensíveis vantagens sobre a anterior na medida em que possibilita às partes do pacto laboral a cessação da realização do serviço extraordinário e o restabelecimento da relatividade do princípio da irredutibilidade salarial.

26. Se por um lado o empregador só pagará as horas trabalhadas por outro lado o obreiro ficou protegido de abruptas reduções salariais, sendo mais fácil observar que a nova sistemática é mais justa.

27. Essas vantagens, porém, não escondem, data venia, a grave falha da nova orientação do C. TST que, em verdade, legislou, impondo indenização por via jurisprudencial. Acresce, ainda, que para o nascimento do direito de perceber indenização é necessário que exista uma lesão a um bem juridicamente tutelado, o que não ocorre na espécie regulada.

28. Melhor seria que aquela solução viesse por via legislativa.

29. Quando ocorria a supressão na "vigência" do Enunciado nº 76, a decisão dos Tribunais era de incorporar o valor das horas extras ao salário. Essa incorporação, reconhecia daí por diante a natureza salarial da parcela impondo que sobre ela incidissem as vantagens como v.g., aposentadoria prêmio, do art. 184, inciso II, de Lei 1.711/52.

EXTENSÃO DA DECISÃO JUDICIAL POR VIA ADMINISTRATIVA

30. Como esclarecido os servidores da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, agora regidos pelo regime estatutário, não mais se beneficiam dos limites à alteração contratual da legislação obreira. As horas extras do regime estatutário sempre puderam ser suprimidas sem qualquer seqüela.

31. Por outro lado, a mudança na jurisprudência trabalhista não mais obriga a integração aos salários dos valores das horas extras suprimidas.

32. Restaria, ainda, um último argumento a sustentar o pleito dos servidores buscando o pagamento da vantagem: a isonomia.

33. Essa, também, não pode prosperar.

34. De fato, de longa data, em remansosa jurisprudência assentou o Poder Judiciário, após breve discussão, a impossibilidade de extensão de vantagem sob o fundamento da isonomia, lastreando-se na necessidade de lei para o aumento da despesa pública.

40. b) Obtempera o ilustre signatário do parecer precitado que:

> "Ressalte-se, ainda, que após o advento da Lei 119/90, que submeteu o servidor ao regime da Lei 1.711/52, vem sendo descontado mensalmente no seu pagamento, sob o título "IAPAS ESTATUTÁRIO", a taxa de 6% (seis por cento) do total percebido, incluindo o valor pago a título de horas extras."
>
> "Não sendo este valor incluido nos proventos da aposentadoria, o servidor terá direito a devolução das importâncias descontadas em seu vencimento, caso contrário, ocorrerá o enriquecimento sem causa."

41. Tal proposição parte da premissa equivocada de que a relação do cidadão com a previdência social é biunívoca, tratando-se de verdadeiro sofisma o silogismo assentado.

42. O conjunto de parcelas sobre os quais incide o desconto previdenciário é maior do que o correspondente aos proventos, como demonstra, v.g. a existência de "teto" do valor de benefício ou mesmo a contribuição sobre vantagens eventuais ou indenizatórias.

43. c) É importante lembrar que o Tribunal, apreciando o processo nº 3086/88, considerou ilegal o pagamento de horas extras extras habituais, após suprimida a sua realização, por parte do DETRAN, com fulcro em decisão administrativa, ordenando-se medidas tendentes à recomposição do erário.

44. É imperioso observar que sucessivos diplomas legais, vem de longa data impondo a coibição à prestação de horas extras de forma continuada.

45. Outro aspecto que merece relevo é que, a exemplo do precitado processo, diversos órgãos vem pagando horas extras como meio de recompor a perda do poder aquisitivo do salário, sem contudo, haver prestação de serviço extraordinário.

46. Tais considerações merecem ser objeto de averiguação.

CONCLUSÃO

47. Em face do exposto, o Ministério Público é de parecer que:

a) o Tribunal deve conhecer a consulta porque atende aos requisitos formais;

b) no mérito, deve responder negativamente a consulta, no sentido de que as horas extras, ainda que habitualmente prestadas, não podem ser integradas à remuneração ou aos proventos de inatividade, por decisão administrativa.

48. Se entender conveniente pode o Tribunal deliberar sobre a comunicação das considerações expendidas neste parecer, visando situar o assunto no que tange à pouca probabilidade atual de incorporação judicial da parcela.

49. Recomenda, ainda, o Ministério Público que o órgão consulente seja solicitado a prestar esclarecimentos sobre a efetiva prestação de serviço no período correspondente às horas extras remuneradas, informando os motivos pelos quais não foram observados os Decretos 11.386/88 e 11.452/89, sobre a continuidade na realização de serviço extraordinário.

50. Registra-se, por fim, o valor do percuciente e brilhante trabalho do douto órgão instrutivo.

É o Parecer.

Brasília-DF., 27 de fevereiro de 1992.

JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES
Procurador do Ministério Público

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/90-ASJUR DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MÁQUINAS ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS DE ESCREVER IBM.
PARTES SAB X FERMATEC — COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
REMUNERAÇÃO: Cr$ 4.949.136,12 (QUATRO MILHÕES, NOVECENTOS E QUARENTA E NOVE MIL, CENTO E TRINTA E SEIS CRUZEIROS E DOZE CENTAVOS).
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES A CONTAR DE 05.04.92.

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/90-ASJUR.
PARTES: SAB X ELEVACARGAS MANUTENÇÃO E MONTAGEM LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
REMUNERAÇÃO: Cr$ 1.553.060,64 (HUM MILHÃO, QUINHENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL, SESSENTA CRUZEIROS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS).
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES À CONTAR DE 05.04.92

CENTRO ACADÊMICO DE ECONOMIA - CAE

EXTRATO DO ESTATUTO

CENTRO ACADÊMICO DE ECONOMIA - CAE, é uma entidade civil, sem fins lucrativo e personalidade jurídica prórpia, com Sede nas FICB e Foro em Brasília-DF, tem como finalidade: representar o corpo discente e defender suas reivindicações perante os órgãos competentes, tempo de duração indeterminado. A diretoria é composta de Presidente, 2 Secretários e 1 Tesoureiro, em caso de dissolução será dicido por todos os alunos em Assembléia Geral. Presidente : CLAUDIO HERRERA DOS PASSOS.
(DAR CR$ 7.029,00)

BRB BANCO DE BRASÍLIA S.A.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
EXTRATO

LOCATÁRIO: BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
LOCADOR: HERMES PARDINI
CONTRATO: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO AG. BH-90/002
VIGÊNCIA: 01.04.92 A 30.09.92
ASSINATURA: 31.03.92
VALOR GLOBAL: Cr$ 8.400.000,00

CONTRATANTE: REGIUS - SOCIEDADE CIVIL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CONTRATADO: DIRECTA AUDITORES S/C.
CONTRATO: III TERMO ADITIVO AO CONTRATO DIREC/DESEG-90/060
VIGÊNCIA: 01.04.92 A 31.03.93
ASSINATURA: 31.03.92
VALOR GLOBAL: Cr$ 846.878,00

CONTRATANTE: BRB - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
CONTRATADO: DIRECTA AUDITORES S/C.
CONTRATO: IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO DIREC/DESEG-90/057
VIGÊNCIA: 01.04.92 A 31.03.93
ASSINATURA: 31.03.92
VALOR GLOBAL: Cr$ 1.999.348,70

CONTRATANTE: BRB - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.
CONTRATADO: DIRECTA AUDITORES S/C.
CONTRATO: III TERMO ADITIVO AO CONTRATO DIREC/DESEG-90/058
VIGÊNCIA: 01.04.92 A 31.03.93
ASSINATURA: 31.03.92
VALOR GLOBAL: Cr$ 3.011.724,00

CONTRATANTE: BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CONTRATADO: DIRECTA AUDITORES S/C.
CONTRATO: III TERMO ADITIVO AO CONTRATO DIREC/DESEG-90/056
VIGÊNCIA: 01.04.92 A 31.03.93
ASSINATURA: 31.03.92
VALOR GLOBAL: Cr$ 10.372.492,00

CONTRATANTE: BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CONTRATADO: S.V. SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA.
CONTRATO: DIRAD/COMAP-92/011
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA AGÊNCIA SALVADOR - BA
LICITAÇÃO: CARTA-CONVITE COMAP/NUMAP-92/016, DE 20.01.92
VIGÊNCIA: 01.04.92 A 31.03.93
ASSINATURA: 01.04.92
VALOR GLOBAL: Cr$ 23.637.314,16

BRB BANCO DE BRASÍLIA S.A.

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
EXTRATO

CONTRATANTE: BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CONTRATADO: S.V. SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA.
CONTRATO: DIRAD/COMAP-92/012
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA NA AGÊNCIA SALVADOR - BA
LICITAÇÃO: CARTA-CONVITE COMAP/NUMAP-92/016, DE 20.01.92
VIGÊNCIA: 01.04.92 A 31.03.93
ASSINATURA: 01.04.92
VALOR GLOBAL: Cr$ 9.371.221,32

CONTRATANTE: BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.
CONTRATADO: W.V. TARTUCE S.A. MARKETING E EDIFICAÇÕES
CONTRATO: DIRAD/COMAP-92/018
OBJETO: EXECUÇÃO, POR EMPREITADA GLOBAL, DOS SERVIÇOS DE REFORMA E ADAPTAÇÃO DAS LOJAS DESTINADAS À FUTURA AGÊNCIA DO BRB NO SRT SUL
LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS COMAP/NUMAP-92/005, DE 06.02.92
VIGÊNCIA: ATÉ 01.05.92
ASSINATURA: 02.04.92
VALOR GLOBAL: Cr$ 258.322.860,64

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.D.U. - NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

"A V I S O"

TOMADA DE PREÇOS Nº 020/92-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DAS FUNDAÇÕES, ESTRUTURA E COBERTURA DA FEIRA DO AMBULANTE LOCALIZADA ENTRE OS LOTES "A", "B" E VIA "NS-1", EM PLANALTINA - DF.

Chamamos a atenção das empresas interessadas na TOMADA DE PREÇOS em epígrafe, que a mesma será realizada às 09:00 horas do dia 24 de abril de 1992, na Sala de Licitações, no 1º andar do Bloco "A" do Conjunto Sede da **NOVACAP.**, situada no Setor de Áreas Públicas - Lote "B", em Brasília - DF.

Brasília, 07 de abril de 1992.

ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES
Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRABALHO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE DE POLÍCIA

EDITAL Nº 041/92 - IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso de suas atribuições e tendo em vista o constante nos Editais nº 076/90 - IDR, publicado no DODF nº 108 de 07/06/90, nº 037/91 - IDR, publicado no DODF nº 41 de 01/03/91, Mandado de Segurança - nº 4765 - 3ª VFPDF e o trânsito em julgado do Acórdão proferido nos autos da remessa ex-offício nº 598/91 - TJDF,

R E S O L V E :

I - Tornar sem efeito a exclusão do candidato DEILSON JOÃO GARCIA RESINA, inscrição nº 13065 constante do Edital nº 188/91 - IDR, publicado no DODF nº 188 de 24/09/91.

II - Incluir o nome do candidato no Edital nº 098/91 - IDR, publicado no DODF nº 108 de 06/06/91, com a nota 78,50 (setenta e oito vírgula cinqüenta) em 255º (ducentésimo quinquagésimo quinto) lugar.

III - Determinar a alteração da classificação dos demais candidatos e, conseqüentemente, estabelecer a nova ordem classificatória do Edital nº 098/91 - IDR.

Brasília, 07 de abril de 1992

ELIZABETH GARCIA CAMPOS
Superintendente

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIREÇÃO GERAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/92

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, através da Unidade Local de Serviços Gerais, comunica que realizará licitação na modalidade de Tomada de Preços, para aquisição de impressos, em sessão única às 14:30 horas do dia 24.04.92. O Edital completo e demais informações poderão ser obtidos na Equipe de Material — SAS — Quadra 02 — Bloco "O", no horário de 14:00 às 18:00 horas, até o dia 23.04.92.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS – ATP
DEx – CPL
ADIAMENTO

REFERENTE: TOMADA DE PREÇOS Nº 021/92-FEDF
OBJETO: Locação de máquinas copiadoras.

A Comissão Permanente de Licitação avisa aos interessados que fica adiada "Sine die" a Tomada de Preços nº 021/92-FEDF.

Brasília-DF, 07 de abril de 1992

MIRIAM CORDEIRO V. DA SILVA
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EDITAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOSP/NOVACAP
COORDENAÇÃO ESPECIAL DO METRÔ DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/92-CEL/MC/NOVACAP, destinada a aquisição de móveis de madeira e de aço, para Escritório.

Comunicamos às empresas interessadas que foram alteradas as especificações do Anexo 01 da licitação em epígrafe em seus itens 04, 05, 06, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, cuja cópia encontra-se à disposição na Coordenadoria Especial do Metrô-DF, situada na SRTVS 701, Bloco "I", 5º andar, Edifício Palácio da Imprensa.

Face às alterações efetuadas, fica a presente licitação adiada para o dia 23 de abril de 1992, no mesmo local e horário fixados no Aviso de Edital, publicado em 24.03.92.

Brasília, 07 de abril de 1992.

ANTONIO LUIZ SOARES XAVIER
Presidente da CEL/MC/METRÔ-DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

AVISO
CONCORRÊNCIA – EC 001/92

ADIAMENTO

Comunicamos às empresas interessadas na Concorrência — Objeto do Edital EC 001/92-SHIS — que por "razões de ordem técnica e administrativa", a mesma foi adiada para o dia 24.04.92, no mesmo local e horário indicados no Edital.

O Dossiê poderá ser adquirido na Tesouraria da SHIS, pelo valor de Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), nos dias úteis, até o dia 23 de abril de 1992.

Brasília-DF, 07 de abril de 1992

ABILIO DE SOUZA SUCUPIRA
Presidente da Comissão

(Dias 07, 08 e 09)

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DA RECEITA
DIVISÃO DA RECEITA DE TAGUATINGA

EDITAL Nº 014/91-DRT-DpR-SEF

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DE TAGUATINGA, tendo em vista o disposto no artigo 246, inciso III, da Lei nº 4.191, de 24 de dezembro de 1962, TORNA PÚBLICO A LAVRATURA DO TERMO ADITIVO AO AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO Nº 18.082/90, contra a firma COMERCIAL DE CEREAIS PRIMAVERA LTDA., inscrição no ICMS nº 07.107.580-1 e CGC

nº 02.709.756/0003-00, com a seguinte descrição: "O presente Termo Aditivo ao Auto de Infração nº 18.082, de 23.05.90, para: I) Corrigir a data do referido Auto, mencionada nos Termos Aditivos 2.071 e 2.072, de 14.09.90 e 05.12.90, cuja data correta é 23.05.90 e não as indicadas nos referidos documentos. II) Corrigir a remuneração do Auto de Infração, indicada no Termo Aditivo nº 2.072, cujo número correto é 18.082".

Fica a autuada INTIMADA na forma do artigo 247, inciso III, da Lei nº 4.191/62, para, no prazo de 20 dias, contados do 30º dia da publicação do presente EDITAL, recolher o débito acima identificado com os acréscimos legais, ou querendo, apresentar defesa nos termos do artigo 252 da citada Lei, sob pena de REVELIA.

Taguatinga-DF, 23 de dezembro de 1991

GERALDO EUDÓXIO CÂNDIDO DE LIMA
Divisão da Receita de Taguatinga
Diretor

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

A PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA-SLU, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento de interessados, que às 15:00 (quinze) horas do dia 23 de abril de 1992, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação do SLU, na sede do SLU, localizada no Edifício LEX, SEP-Sul, Quadra 702, Bloco "A", 2º andar, sala 228, em Brasília-DF, receberá propostas de interessados para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA, de conformidade com o que consta do Processo nº 00094.000456/92 e mediante as condições estabelecidas no Edital de Tomada de Preços nº 003/92-CPL/SLU.

Cópia do referido Edital poderá ser adquirida GRATUITAMENTE no endereço acima mencionado, no horário de 08:30 às 11:30 horas e das 14:30 às 18:30 horas de segunda a sexta-feira.

Brasília-DF, 06 de abril de 1992

ISA MARIA GUIMARÃES ELIAS
Presidente da Comissão

ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR BRASÍLIA S/A

GCG-MF-00010215/0001-93

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a realizarem-se no dia 30.04.1992, em primeira convocação às 8:00 h , na sede social da firma, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) Prestação de contas, exame e discussão das demonstrações financeiras relativas ao exercício social, encerrado em 31.12.91;
b) Destinação do Lucro Líquido do exercício findo e distribuição dos Dividendos;
c) Fixação dos honorários da Diretoria das respectivas remunerações;
d) Aprovação da Correção da Expressão Monetária e Capital Social;
e) Exame da Proposta de Aumento de Capital com incorporação das reservas de Lucros e Lucros Acumulados, alterando parcialmente o Estatuto, etc;
f) Assuntos diversos.

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social, os Documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6404/76, relativos ao Exercício Social encerrado em 31.12.91.

Brasília-DF, 01 de abril de 1992

EGINO SARTO
Dir. Presidente

(DAR Cr$ 56.232,00) (Dias 06, 07 e 08.)

CIMENTO CAUÊ S.A. – DIVISÃO CAUEMIX
LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a Licença de Operação, para a atividade Concreto pré-misturado, no local Sia Sul, trecho 04, lote 1070/90.

Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

(DAR-Cr$ 4.686,00)

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Tomada de Preços
NÚMERO: 92.00023.01
OBJETO: Aquisição de Formulários contínuos
DATA/HORA RECEBIMENTO DOCUMENTO PARA CADASTRO ATÉ: 13.04.92 às 18:00 horas.
DATA/HORA RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22.04.92 às 10:00 horas.
LOCAL: SGAN, QUADRA 601, MÓDULO "G" – SETOR DE SUPRIMENTO – SESUP/DIREL – BRASÍLIA-DF.

O Edital poderá ser obtido no endereço acima, no horário comercial.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CLAMBS/FIBRA

(Dias 06, 07 e 08)

SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
FUNDAÇÃO HOSPETALAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO Nº 02/92-FHDF

O Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o Edital nº 17/92 e 18/92-FHDF de 24/02/92, comunica aos candidatos inscritos nos Concursos Públicos de Odontólogo e Médico - especialidades: Anestesiologia, Clínica Médica, Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Medicina do Trabalho, Neurologia, Oftalmologia, Oncologia Clínica, Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Radiologia, Radioterapia, Terapia Intensiva Adulto e Urologia, que a Prova Escrita objetiva dos Concursos, será realizada dia **19 de abril de 1992 às 08:00h** nos seguintes locais:

Especialidade	Locais
1) MÉDICO (todas as especialidades do Edital nº 17/92-FHDF)	Faculdade Católica de Brasília - Av. W3 Norte Quadra 702 Brasília - DF
2) ODONTÓLOGO - Edital 18/92-FHDF	GISNO - Centro Educacional GISNO - SGAN 907 Módulo "A" (atrás do CEUB-Brasília-DF)

O candidato deverá comparecer ao local de realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para o início da mesma, munido de documento oficial de identidade, contendo fotografia, cartão de inscrição e caneta esferográfica azul forte ou preta.

Após a hora fixada para o início das provas, não se admitirá o ingresso do candidato ao local de realização da mesma.

Em hipótese alguma será permitido ao candidato, realizar as provas em outros locais que não sejam os estabelecidos neste AVISO.

Brasília, 02 de abril de 1992.

JOFRAN FREJAT
Presidente da FHDF